

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL
COLEGIADO DE HISTÓRIA

JULIUS HERICKY HAFEMANN DALTOÉ

**NAS RUAS, NAS PRAÇAS, QUEM DISSE QUE SUMIU? OS ESTUDANTES DA
CONLUTAS NO CAMPUS DA UNIOESTE DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON (2002-
2007)**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON. PR
2013

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Novembro de 2013

JULIUS HERICKY HAFEMANN DALTOÉ

**NAS RUAS, NAS PRAÇAS, QUEM DISSE QUE SUMIU? OS ESTUDANTES DA
CONLUTAS NO CAMPUS DA UNIOESTE DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON (2002-
2007)**

Trabalho de Conclusão de Curso, monográfico, sob orientação do Prof. Marcos Vinícius Ribeiro, apresentado à Comissão Examinadora como exigência parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE *Campus* de Marechal Cândido Rondon.

Marechal Cândido Rondon, PR.

2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL
COLEGIADO DE HISTÓRIA

JULIUS HERICKY HAFEMANN DALTOÉ

**NAS RUAS, NAS PRAÇAS, QUEM DISSE QUE SUMIU? OS ESTUDANTES DA
CONLUTAS NO CAMPUS DA UNIOESTE DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de título de Licenciatura Plena
em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pela seguinte Banca
Examinadora:**

Aprovada em _____ de _____ 2013

Prof. Marcos Vinícius Ribeiro (Orientador)

Prof.Dr.

Prof. Dr.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2013

AGRADECIMENTOS

À Suzana, minha amada companheira, que suportou a minha chatice todos estes dias e que foi um dos apoios fundamentais para que eu conseguisse chegar até aqui. Te amo Xuxuba!!

À Angélica, minha irmã e companheira, que eu amo muito, e mais do que qualquer pessoa teve de suportar os meus estresses e angústias durante todos este processo, mas com quem eu também compartilhei muito amor e alegria. Te amo Keka!!

Aos meus pais, Nolimar e Maria, sem os quais não seria possível a minha permanência na Universidade, agradeço à experiência de vocês, a paciência e a fé que depositaram em mim, e espero poder recompensa-los, de alguma forma, com este trabalho. Amo Vocês!

Ao Brummer, meu camarada fiél de conversas e bate papo, por todas as vezes que me ajudou a fazer café para que eu continuasse trabalhando nesta pesquisa. Valeu "Brumélio"!!

Aos camaradas de luta que não fraquejaram diante da traição e capitulação da UNE e da UPE às reformas neoliberais do governo Lula e continuam lutando por uma universidade pública, gratuita, democrática e a serviço dos trabalhadores, e que de uma forma ou de outra me inspiraram a esta pesquisa.

Aos camaradas das horas difíceis, que não arredam o pé de suas convicções, que mesmo que a distância separe a memória não esquece. À Martha, Karen, Vânia (Vandi), Marília (Mima), Marcos (Xekeréu), Rodrigo (Pítico Dias), Evandro, Gabriel, Maurício, Gráciele (Grá), Togo, , Marcos (Barraca), Kleyne (Pekena).

Aos amigos de dentro e fora da Universidade que de alguma forma colaboraram para que este trabalho se concluísse, mesmo que isso significasse parar de fazer as visitas costumeiras para que eu tivesse mais tempo, ou coisa parecida, Alex (Cuia Foppa Sódinha), ao Paulo (Jéca), Emanuel (Manú), William (Villmmutt), Renê, Karinie, Rafael (Rafapraiz), Carem, Cintia (pintia), Clériston, Vassoura, Marcos, entre outros.

Um agradecimento especial ao meu orientador Marcos Vinícius Ribeiro (Marquinhos) por acreditar neste projeto, acreditar no meu potencial, e auxiliar para que a possibilidade se tornasse fato. Obrigado companheiro!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPITULO I.....	9
1.1 Breve história do PT	9
1.2 Frente Popular: Uma aproximação conceitual dos governos petistas.....	21
1.3 O Movimento Estudantil no contexto da construção de alternativas à UNE.....	25
CAPITULO II: RESISTEÊNCIA A REFORMA UNIVERSITÁRIA NA UNIOESTE: TRAJETÓRIAS MILITANTES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNIOESTE (2002-2007).....	28
2.1 O ME na Unioeste no contexto dos ataques neoliberais	29
2.2 Trajetórias militantes no Movimento Estudantil da Unioeste	32
CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS.....	56
ANEXO.....	61

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de conclusão de curso analisou alguns elementos relacionados ao movimento estudantil da Unioeste durante 2002 e 2007. O objetivo desta pesquisa foi o de compreender o desenvolvimento do movimento estudantil no Campus da Unioeste na cidade de Marechal Cândido Rondon em suas relações com o projeto de reforma universitária a ser implementada no marco do Governo Lula. Seja esta relação de aproximação ou afastamento político.

As fontes históricas às quais recorreremos para a composição da pesquisa foram fontes orais, a partir de entrevistas com ex-membros do movimento estudantil que atuaram neste Campus, e documentos como panfletos de manifestações e matérias de jornais impressos locais. Neste sentido utilizamos os documentos produzidos para auxiliar na contextualização do relato oral, ou seja, não é nossa intenção objetivar o "*preenchimento de lacunas*" na história do processo investigado (ALBERTI, 1990, p.5). Sendo assim, objetivamos com estas fontes, contextualizar o sujeito para analisar e compreender suas práticas em relação ao nosso objeto.

A fim de compreender profundamente o processo histórico a que estes sujeitos estavam inseridos, qual seja, a conjuntura de reformas do Governo Lula, objetivamos uma breve investigação da história do PT, a partir de fontes bibliográficas que nos permitiram enriquecer nosso questionamento quanto ao papel que cumpriu este governo.

Não objetivamos reconstruir a história do PT, tão pouco de seus membros ou correntes internas, mas fazer uma breve reflexão sobre o seu desenvolvimento, para compreender sua importância histórica, isto é, no sentido de nos instruir até mesmo para compreender as possíveis reflexões de nossos entrevistados.

Neste sentido, nos orientamos a compreender dentro da história marxista, por meio das reflexões de alguns de seus vários intelectuais, acadêmicos e orgânicos, que colaboram na discussão histórica sobre o caráter histórico dos governos "Frente Popular" e suas relações com o Estado e os setores organizados da Sociedade, sobretudo os Movimentos Sociais e Entidades Representativas de base.

Buscamos, nesta investigação sobre o PT, debater os elementos ligados ao processo de institucionalização dos Movimentos Sociais, sobretudo no que condiz a UNE, para a articulação em torno da construção e encaminhamento do projeto de Reforma Universitária, analisando as práticas políticas da UNE e do Governo neste contexto.

O processo de rupturas e resistência que se originou destas relações institucionais entre

entidades representativas e governo é que objetivamos centralmente compreender.

Nossa hipótese inicial se referiu a construção deste processo de lutas dentro do Campus da UNIOESTE de Marechal Cândido Rondon, mais precisamente, a partir da postura assumida pelo governo Lula para a regulamentação do projeto da Reforma Universitária, onde se encontram as condições objetivas para a ruptura de boa parte dos Movimentos Sociais com as entidades de base e apoio ao governo, no sentido de construção de uma alternativa classista ao projeto.

Procuramos compreender qual é o caráter deste movimento que se organizou durante o processo de ruptura, quem eram seus sujeitos, quais eram suas bandeiras e qual o projeto de Universidade defendido por eles, e neste sentido, como e por que eram alternativos ao projeto de governo. Para tanto foi necessário compreender a conjuntura geral em que se organizou este movimento e compreender a articulação destes elementos conjunturais com o contexto específico do processo que objetivamos estudar.

A compreensão deste contexto, o qual se insere o movimento estudantil da UNIOESTE, compreendemos através dos relatos de vida de seus protagonistas, os encaminhamentos, as ações, o modo e as razões com que agiram os sujeitos envolvidos no processo, e sobretudo, como estes sujeitos refletem este processo para si, como o reconstruem e de que maneira sua narrativa faz sentido para sua trajetória pessoal de vida.

Para instrumentalizar esta tarefa, que consiste na análise das diversas memórias dos sujeitos envolvidos no processo, nos utilizamos das ferramentas da História oral que alerta para o cuidado de não tomar as reflexões do narrador enquanto uma verdade absoluta sobre o processo, mas compreender esta memória enquanto um trabalho de seleção de lembranças, de valorização e depreciação, de zelo e omissão, de recorte e reconstrução do processo vivido, segundo a forma que o sujeito o viveu. Atentando para o fato de que este sujeito é o protagonista de sua própria história de vida, portanto suas reflexões se constituem a partir de suas próprias experiências.

Verena Alberti sintetiza esta reflexão apontando que *"a história oral permite não apenas compreender como o passado é concebido pelas memórias, mas principalmente como essas memórias se constituíram"*. (ALBERTI 1996. p.8)

Uma das características marcantes deste processo é o seu cunho de processo sem desfecho aparente, ou seja, suas consequências ainda não se encontram consolidadas no presente, "peculiaridade" de processos em aberto relacionado à história do tempo presente. Esta característica da análise dos processos, isto é, o estudo do processo durante seu desenvolvimento, não deve ser visto enquanto uma atribuição para o Historiador, mas sim como um campo de possibilidades, onde a hipótese pode ser testada e ampliada conforme o aprofundamento de sua compreensão sobre

os elementos envolvidos no processo estudado.

Neste sentido apontamos a reflexão de Marieta de Moraes Ferreira sobre a História do Tempo Presente:

Rompendo com a concepção que defendia a necessidade do distanciamento para a realização da análise histórica, Roger Chartier (1993) sustenta argumento contrário, ao afirmar que, na história do tempo presente, “o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história”. Por outro lado, o estudo da presença do passado incorporada ao presente das sociedades, iniciado pelos historiadores do tempo presente, abre novas temáticas e abordagens para pesquisadores de outros períodos da história. (FERREIRA, 2000, p.10)

Deste modo, esperamos preparar uma reflexão que não busca uma verdade absoluta sobre o processo, mas compreende-o dentro de seus aspectos peculiares enquanto um campo aberto para novos questionamentos, para novos enfoques e para a ampliação das possibilidades de investigação.

CAPITULO I

1.1 Breve história do PT

Em Dezembro de 1978, realiza-se em Lins - SP, o Congresso dos Metalúrgicos. Os metalúrgicos de Santo André – SP defendem a tese que propõe a criação do Partido dos Trabalhadores: um partido que tenha independência política em relação aos patrões e ao governo, que rompa com o eleitoralismo, que organize e mobilize os trabalhadores na luta por uma sociedade justa sem explorados e exploradores e que seja instrumento na luta pela conquista do poder político pelos trabalhadores da cidade e do campo. (SILVA, 1987, p. 167)

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado no ano de 1978 por diversos grupos da esquerda brasileira. O objetivo inicial era constituir-se em uma ferramenta para possibilitar o avanço das pautas políticas da classe trabalhadora ainda que no contexto da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).

Durante toda a década de 80 este partido lutou para organizar os setores da classe trabalhadora, dispersos em grupos fragmentados por conta da repressão constante aos movimentos sociais e sindicais durante o regime de ditadura civil-militar. Tratava-se de articular os setores da luta popular em torno da pauta democrática em direção a um programa socialista para o Brasil.

Sua influência nas lutas cotidianas deste período é inquestionável, visto que esteve presente na rearticulação de vários sindicatos, movimentos sociais de base, nos movimentos estudantis e na construção da maior central sindical da América Latina, e atualmente a 5º maior central sindical do mundo: a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolida como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3. 806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras e trabalhadores associados e 23.981.044 trabalhadoras e trabalhadores na base.¹

Falaremos mais sobre a CUT e outras entidades representativas dos setores da classe trabalhadora mais a diante, porém é válido trazer alguns dados numéricos para compreendermos a dimensão da influência destas entidades que são dirigidas historicamente pelo PT.

O PT, no entanto, não é um bloco partidário homogêneo, nem nunca foi. Na verdade sua hegemonia interna tem sido disputada desde sua fundação pelas várias correntes políticas que o compõem.

Entre estas correntes, a mais importante para a nossa observação, dentro do quadro de

1 A História da CUT. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/institucional/38/historico>>. (Acesso em 04/09/2013).

discussões que apresentamos, é a “Articulação – Unidade na Luta” (AUNL), da qual participou uma parcela significativa das direções que compõem a representação do PT nas instituições do Estado brasileiro, após a vitória do PT nas eleições de 2002.

A corrente interna ao PT, 'AUNL' ou conhecida como 'Articulação'², qual se consolidou hegemônica na direção do partido, desde 1983, segundo Coelho, dava indícios de mudanças de perspectiva política já após as eleições presidenciais do ano de 1989.

Segundo a análise do historiador Eurelino Coelho, podemos perceber que, apesar de não se ater apenas a este ponto, as eleições para presidência da república de 1989 surgem como um divisor de águas para a história e trajetória política do PT:

Após a campanha presidencial de 1989 começaram a ficar visíveis, e cada vez mais, mudanças substantivas no projeto político da Articulação. Em agudo contraste com a década anterior, nos anos 90 a práxis da tendência majoritária do PT se afastaria progressivamente do princípio político que fora a base da unidade construída entre as diferentes forças políticas constitutivas do partido, a independência de classe. (COELHO, 2005., p.200)

Estas mudanças, por meio da atuação desta corrente hegemônica na direção nacional do partido, se tornam cada vez mais programáticas ao PT. Começando pela independência de classes, um dos princípios mais básicos, que foi construído na experiência histórica da esquerda e dos trabalhadores, até tornar cada linha de seu programa, do PT, parte do projeto desta corrente na direção.

Entende-se este processo como a 'burocratização', programática, que se alastrou por todo o partido. Muitas correntes da esquerda ainda permaneciam no seio desta organização partidária, disputando os passos de sua construção. Entretanto, durante os anos 90 aumentaram os indícios de transformação orgânica do partido, no qual o primeiro princípio a ser diluído seria seu caráter classista.

A bibliografia sobre este período e este objeto, a ascensão da corrente “Articulação” nas disputas internas do PT, é consideravelmente numerosa; porém, talvez nem tanto no que se refere ao nosso objeto e enfoque metodológico para esta pesquisa. Não daríamos conta de discutir toda a história do PT nestes capítulos, porém o número de estudos a este respeito nos revela que possivelmente a hegemonia da Articulação, discutida por Eurelino Coelho é o marco histórico para compreender de quais transformações estamos falando:

A profunda revisão programática nas teses e nos discursos de seus líderes mais

2 Usaremos apenas “Articulação” para nos referirmos à corrente “Articulação – Unidade na Luta” (AUNL) daqui pra frente.

conhecidos, a opção cada vez mais resoluto por priorizar os meios de viabilizar êxitos eleitorais em detrimento de quaisquer outros objetivos políticos, a manutenção dos postos estratégicos de comando partidário através de atos de supremacia numérica e do isolamento das posições divergentes: estes são diferentes aspectos do mesmo processo de mudança. Se os anos 80 foram o período de constituição da Articulação como grupo hegemônico do PT, na década seguinte o grupo atua já como tendência plenamente constituída e suficientemente experimentada nas disputas internas para encontrar outros meios de conquistar seus objetivos sempre que o consenso mínimo em torno deles fosse mais difícil ou exigisse concessões que lhes parecessem exageradas ou desnecessárias. (COELHO, 2005, p.200)

Eurelino sugere que este processo pode estar relacionado a uma crise ainda maior, uma crise mundial da esquerda. Isto devido ao fato do “fim do socialismo real” nos estados do leste europeu, e a abertura de uma conjuntura de crescimento e expansão do capitalismo, sobretudo a construção da hegemonia Neoliberal, abalaram qualitativamente a atuação dos grupos de esquerda nos anos 90 e muitos militantes capitularam.

Também podemos mencionar a confusão reinante no interior da classe trabalhadora nestes estados operários, ainda que degenerados ou burocráticos, que “desmoralizou” ou “fez sentir desmoralizada” boa parte da esquerda internacional.

Afinal, o processo das manifestações populares durante o processo de abertura e transparência (Glasnost e Perestróica), seriam em direção a abertura ao capitalismo ou, seriam uma revolução popular para garantir as conquistas do período Socialista? Esta é uma pergunta que não iremos responder aqui, mas que apontamos como sendo o centro das discussões das mais variadas alas da esquerda durante os anos 90.

Martín Hernández, por exemplo, traz dados pontuais sobre este processo e dialoga diretamente com as análises e discussões encabeçadas pelos setores de esquerda no sentido de compreender e dar uma resposta política adequada a estas mudanças e às contradições e necessidades que elas demandariam.

Discutindo os acontecimentos das últimas décadas no contexto dos países do leste europeu que pertenciam à ex União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) com os discursos elaborados pelos líderes do Partido Comunista Soviético (PCUS), “Era comum naqueles anos que Gorbachev e sua equipe usassem uma linguagem ambígua, como “Socialismo de mercado” para disfarçar sua marcha em direção ao capitalismo.”(HERNÁNDEZ, 2008, p.47)

Sobre estas “ambiguidades” Martín Hernández destaca as palavras de Mikhail Gorbachev:

De fato, a imprensa publicou algumas propostas que extrapolavam nosso sistema. Alguns opinaram, por exemplo, que deveríamos desistir da economia planificada e sancionar o desemprego. Mas não podemos permitir isso, **já que nosso objetivo é fortalecer o socialismo e não substituí-lo por um sistema diferente.** O que o

Ocidente nos oferece, em termos de economia é inaceitável para nós. (GORBATCHEV apud HERNÁNDEZ, 2008, p.48)

Percebe-se que, apesar de teoricamente o fundamento das reformas previstas serem motivadas pela necessidade de reaquecer a economia da URSS e da expansão da democracia em direção ao socialismo, na prática isso se deu com a abertura total do sistema econômico e político para a economia de capital privado.

Como dissemos não aprofundaremos esta discussão, mas gostaríamos de ressaltar este aspecto contraditório nos discursos e que é fundamental para compreendermos como a confusão geral que se instaurou atingiu a esquerda, durante e após este processo. Esta crise abriu espaço aos mais diversos “reviscionismos históricos”, das mais diversas correntes políticas, não apenas da esquerda, que buscavam espaço no novo cenário político mundial.

Na América Latina, no final dos anos 80 e começo dos anos 90, muitas ditaduras estavam em processo de colapso ou em processo de “abertura democrática.” A palavra “ditadura” estava associada a toda a mazela, toda a corrupção, a perseguição e a tortura, aos crimes de estado, análogos a praticamente todas as ditaduras, ao menos na América Latina, que se haviam instaurado até então.

A perspectiva da “revolução socialista” que estava intimamente ligada à “Ditadura do Proletariado” apesar de que, em tese, se distinguia qualitativamente da atuação das ditaduras militares da direita, e apesar de historicamente representar um programa para a emancipação da classe trabalhadora, foram diluídos em ambiguidades programáticas, ou atacadas frontalmente pela corrente “Articulação” dentro do PT.

Eurelino nos apresenta este embate na disputa do programa máximo e a definição da tática e estratégia do PT para o período que se abriu nos anos 90, uma “crise do Socialismo Real”. Por um lado temos uma crítica de fundo marxista aos dogmas construídos por décadas de hegemonia soviética no marxismo e no socialismo, dentro dos PC’s, cristalizadas na tese de “Socialismo Real”. Por outro lado estas críticas, construídas pelos intelectuais orgânicos da corrente “Articulação” foram em direção a diluição total da perspectiva revolucionária e socialista, se beneficiando com o “desmantelamento” de conceitos e categorias sociais.

O PT sempre questionou tais dogmas. Nunca aceitou transformá-los em sua doutrina oficial. A prática e a teoria do PT sempre rejeitaram como modelo para o Brasil os sistemas políticos organizados sobre a base do regime de partido único, dos sindicatos como engrenagens do Estado, da estatização forçada e irrestrita da atividade econômica, do alijamento do povo do exercício do poder, da eliminação dos opositores e do predomínio do Estado/Partido sobre a sociedade e sobre os indivíduos, tudo aquilo, enfim, que ficou conhecido como a ditadura do

proletariado. (COELHO, 2005., p. 212)

(...)

A recusa do conceito de ditadura do proletariado foi feita operando um deslocamento de sentido: ao invés de tomá-lo como indicador do conteúdo social do Estado na transição para o socialismo, a Articulação rejeita o que lhe parece ser uma forma autoritária de exercício do poder. Em contraposição à forma autoritária, o projeto de socialismo democrático: “prevê, portanto, a existência de um Estado de direito no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas (...); onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. A democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância no poder. (COELHO, 2005, p.213)

Este embate, ocorrido no primeiro congresso do PT após as eleições de 1989, vai se aprofundando a cada novo congresso, a cada nova crise política, a cada nova necessidade de se tomar posição sobre as dinâmicas da luta de classes.

Ao passo que se diluiu programaticamente a prática da independência de classes, se constrói e se aprofunda cada vez mais os laços de colaboração de classes, do “policlassismo” e da perspectiva de “gerência e humanização” do regime social calcado no sistema capitalista.

São abandonadas as perspectivas de mudança radical da sociedade para que se pudesse concentrar a força política em torno das eleições, e é aí onde a hegemonia se disputaria, segundo a “Articulação”. Ou seja, não só se diluiu as perspectivas de esquerda revolucionária, mas ainda para diluí-las o PT se reelabora programaticamente às necessidades do capital.

A estratégia de mudança social a partir da ação de bases acaba dando lugar, gradativamente à estratégia eleitoral, usando como tática nesta construção a ação das bases organizadas nos movimentos sociais.

As disputas eleitorais ganham uma importância que até então não tinham no discurso da Articulação: “nosso centro tático é a luta pela hegemonia política, que a curto prazo se concentra na disputa pelo governo em 1994.(COELHO, 2005. p. 215)³

“Aloísio Mercadante, outra vez, é bem mais enfático na defesa da centralidade estratégica das eleições e das experiências de administração pública.” (COELHO, 2005. p. 215)

A construção, inclusive a mudança na correlação de forças numa sociedade como a nossa (...) passa por você acumular experiências de governo de vários níveis. Então

3 Por um Brasil Democrático e Popular. Tese da Articulação ao I Congresso do PT. CSBH, Fundo DN, Caixa CADERNOS/PT/TENDÊNCIAS, apud COELHO., 2005, p. 215. (Quase sempre o termo socialismo e seus cognatos são empregados, nas referências aos regimes do Leste, entre aspas e/ou acompanhados de qualificativos como “dito real” ou “burocrático”. As marcas textuais são resultado da indefinição, no interior da própria Articulação, sobre como definir aqueles regimes. No seminário nacional da corrente, realizado em junho, as posições de dirigentes como Leo Lince, Glauco Arbix e José Dirceu eram divergentes sobre ter havido ou não socialismo na URSS e seus satélites. Seminário Nacional da Articulação, junho de 1991 (transcrição do debate). CSBH, Fundo DN; Caixa DOSSIÊ I CONGRESSO (3); maço PROPOSTAS E SUBSÍDIOS (2).)

temos que nos preparar para disputar a condição de ser governo. (...) A luta institucional é um espaço fundamental de luta política, de construção dessa sociedade. A luta pela transformação do Estado a partir da experiência de governo, de gestão, de quadros, de discussão de políticas públicas é um espaço fundamental de construção desse novo projeto. (...) [temos que] enfrentar a questão da democracia, de ser governo, disputar pra valer o processo de sucessão presidencial (...) Caso contrário, a gente diz que fez uma opção pela democracia, mas continua trabalhando com uma visão conspirativa menor de transformação da sociedade e que não faz história política.(COELHO, 2005, p. 215)

A discussão apresentada por Eurelino Coelho, sobre debates fundamentais para a construção do que viria a ser o programa “Petista” dos anos seguintes é muito importante. À respeito da experiência que se acumulou dentro da “Articulação” através de governos em Prefeituras Municipais e Instituições do Estado.

Temos de um lado a “consequência” desta discussão estratégica, interna ao PT, apresentada na prática e por outro lado o discurso teórico do passado, baseada neste conjunto de experiências Institucionais dentro do Estado nas palavras de Aloísio Mercadante um dos principais dirigentes da “Articulação” e do PT nacional, e suas perspectivas políticas sobre esta mudança de estratégia dentro de um panorama discursivo.

É importante salientar que no discurso de Mercadante se constrói uma crítica à suposta imagem de uma esquerda sectária “Caso contrário, a gente diz que fez uma opção pela democracia, mas continua trabalhando com uma visão conspirativa menor de transformação da sociedade e que não faz história política”, apoiada na ideia de que a nova conjuntura “democrática” brasileira demandaria tais qualidades, e transformando o que historicamente para a esquerda era uma tática em estratégia principal: a representatividade política no estado burguês⁴.

Outro dirigente Petista, neste mesmo evento, corrobora a construção iniciada por Aloísio Mercadante em relação aos grupos minoritários da esquerda internacionalista, quais faziam parte, como correntes internas do PT, que disputavam naquele momento o programa do partido.

Outro dirigente da corrente, José Américo, no mesmo evento, menciona a dificuldade de “colocar para a frente” no interior do PT o programa democrático e popular que consubstanciava a centralidade da disputa do governo: “Ele é combatido à direita por uma visão de adaptação ao Estado (...) e ele é combatido à esquerda pelas concepções, digamos, clássicas da esquerda, da esquerda internacional, a tal Convergência, O Trabalho, etc.(COELHO, 2005, p. 216)

4 Entendemos por Estado Burguês, à partir da concepção de Lênin de que o Estado é a cristalização da disputa hegemônica entre as classes em luta, um Estado onde esta disputa se encontra no marco da predominância da Hegemonia Burguesa sobre as decisões e encaminhamentos, onde seus mecanismos, sejam eles os econômicos, políticos ou representativos democráticos, são constituídos para o favorecimento desta classe enquanto operante hegemônico..

O conceito utilizado por Eurelino Coelho para explicar este conjunto de mudanças políticas em progressão à total adaptação aos limites impostos pela “democracia burguesa” é o de “transformismo”.

Este conceito, “transformismo”, foi cunhado por Gramsci para compreender, entre outros, o processo de modernização do estado Italiano enquanto “Estado Burguês”, no contexto do “Risorgimento”, as raízes da unificação nacional, e apontando a ascensão do fascismo como uma forma de “Revolução passiva”.

Para Gramsci, as classes governantes podiam ser dirigentes ou, somente, dominantes. No Risorgimento, o novo governo do Piemonte assumiu o comando de uma Itália unificada, sem um verdadeiro consenso nacional. Além do mais, a elite política do Reino, era mais dominante do que dirigente e incorporou as alas mazzinianas (Giuseppe Mazzini – 1805/1872) e garibaldianas (Giuseppe Garibaldi – 1807/1882) à força de “transformismo” – política de compromisso com a finalidade de privar os partidos de oposição da sua liderança pelo recurso de atraí-los para o ‘sistema’. (SOUZA, 2010, p. 2)

A este fato Gramsci denomina transformismo, que é, portanto, uma forma complexa do processo sociopolítico, chamada de “revolução passiva”, identificada por ele de duas maneiras: na primeira, ocorre uma revolução sem participação das massas, como o Risorgimento, e, na segunda sucede um progresso dissimulado de classes sociais impedidas de avançar abertamente, como a burguesia na França da Restauração, daí a rotulação posta por Gramsci de “revolução-restauração”. (SOUZA. 2010, p.2-3)

Ou seja, ao contrário das revoluções de cunho popular, feitas pela base, com ampla participação da população nas discussões e encaminhamentos, o PT optou por “impor” uma revolução “de cima para baixo”.

Porém apontamos que esta “revolução” é inerente à essência de seu transformismo, ou seja, programaticamente não é uma revolução, senão uma contra-reforma, dentro dos limites pré-estabelecidos pela democracia burguesa. Um processo Institucionalizado, que diluiu todos os princípios de classe em detrimento de um “consenso” programático entre as classes sociais dominante e subalternizada, de cima para baixo, ou seja, simplificando, expressa-se como “revolução passiva”.

Eurelino Coelho propõe o uso deste conceito ao constatar que ao longo do processo de desenvolvimento do PT houveram uma série de mudanças em sua essência política culminando, entre outras coisas, na substituição das bases pela direção.

Fazendo uma análise dos programas do PT para as eleições de 1989 e comparando com o programa adotado pelo partido nas eleições de 2002 não fica difícil compreender este panorama de transformações, este “transformismo”. Destaco, a seguir, um trecho do programa de 1989 para a

economia do Brasil:

Não devemos e não podemos pagar essa dívida ilegítima, continuando a transferir para os países desenvolvidos parte significativa da riqueza que produzimos aqui. Essa situação reflete uma ordem internacional anárquica que precisa ser politicamente questionada por nosso país e pelos demais devedores do Terceiro Mundo. Por isso, pretendemos:

a) Suspender os atuais acordos com o FMI e o pagamento do serviço da dívida externa, interrompendo assim a drenagem de recursos para o exterior. Adotar, de forma articulada, medidas para estancar a fuga de capitais, para consolidar nossas reservas em moeda forte e para retomar o crescimento econômico, com a definição de um pacote de investimentos estratégicos, a retomada de gastos sociais e redistribuição progressiva de renda. (PT, 1989. p.11)⁵

Esta pauta não é necessariamente Socialista, mas é, no mínimo, anti-imperialista, ou progressista. Pode-se perceber que é uma pauta que reivindica soberania nacional em detrimento do lucro dos bancos e empresas multinacionais.

A dívida externa nacional e os acordos com o FMI foram sempre criticados pela esquerda nacional, nos programas de muitos partidos da “esquerda revolucionária socialista” poderemos encontrar esta pauta programática.

Seguindo ainda na mesma pauta para o programa econômico, o programa de 1989 acrescentava:

b) Colocar a dívida sub judice, iniciando cuidadosa auditoria, com a participação do Poder Legislativo e de organizações representativas da sociedade civil. Entre outros objetivos, essa medida visa a identificar os mecanismos de formação da dívida, seus modos de utilização, a legalidade dos procedimentos utilizados, as perdas decorrentes de aumentos abusivos das taxas de juros e os motivos que levaram à estatização da dívida do setor privado. Com base nessas informações, deve-se definir a composição justa da dívida, convocando, se necessário, um plebiscito para decidir a questão. O processo de auditoria deverá denunciar eventuais contratos irregulares, cláusulas ilegais, imposições draconianas, práticas financeiras abusivas, comissões e outros mecanismos ilegítimos.(PT, 1989. p.11)

Portanto, apesar de não se apresentar diretamente como um programa para um partido socialista revolucionário, este programa se distinguia muito dos programas geralmente defendidos pela social democracia. É importante notar que é um programa que, para seu contexto e conjuntura geral, apresentou medidas radicais, conscientes do processo geral de mudanças pela qual passou todas as esferas das relações institucionais durante a chamada “abertura democrática”.

Mesmo sob a alcunha ambígua de “Programa Democrático Popular”, apresentou propostas

5 Programa Econômico do PT para as eleições presidenciais, 1989. Extraído de <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/economia.pdf>>. (Acesso em 21/08/2013)

distintas dos programas de caráter populista. Em tese era um programa que, apesar das ambiguidades das construções de alguns intelectuais orgânicos do partido, reivindicou categoricamente o Socialismo em várias das análises e pautas políticas de seu programa, porém em uma definição mais genérica de sentido.

De maneira direta, foi um programa que requereu mais possibilidade de participação popular nas decisões tomadas pelo estado, sobretudo a participação da classe trabalhadora nas decisões de questões que afetavam diretamente suas vidas.

O programa político construído neste mesmo congresso de 1989 pode servir para confirmar nossa constatação, sobretudo no que concerne à discussão da soberania nacional:

NOSSA SOBERANIA EM OITO PONTOS

1. Solidariedade irrestrita às lutas em defesa da independência nacional, da liberdade, da democracia e do **socialismo**;
2. Apoio a todas as iniciativas reais em defesa da paz, contra a corrida armamentista e pelo desarmamento nuclear;
3. Luta por uma nova ordem econômica internacional, que liquide as relações de subordinação e dependência da maioria dos países, frente às potências imperialistas;
4. Defesa de uma política internacional de respeito ao meio ambiente, assumindo a proteção da Amazônia e diretrizes para seu desenvolvimento que acatem a preservação ecológica, ao mesmo tempo em que exigiremos de todos os países, especialmente dos mais industrializados, vigorosas políticas de defesa do meio ambiente;
5. Propor a integração econômica e cultural da América Latina, assim como a criação do Parlamento Latino-Americano, pela via das eleições diretas, que busque aprofundar as relações de solidariedade entre os povos do continente;
6. Amplo apoio aos povos da Nicarágua, El Salvador e a todas as iniciativas em favor da paz com soberania, na América Central e no Caribe;
7. Rompimento de relações diplomáticas com os regimes que pratiquem políticas racistas, como a África do Sul;
8. Apoio à luta do povo palestino pela criação de seu Estado independente, respeitando a existência de Israel (grifos nosso) (PT, 1989. p. 21)

Pode-se, sob a luz dos fatos, constatar, que ao contrário desta perspectiva construída no programa de 1989, o PT de 2002 faria justamente o contrário do que reivindicou em seus programas táticos iniciais.

Este processo de transformações internas contou com um processo de burocratização do PT, para institucionalizar o partido, isso é, “reorganizando-o” nos limites do regime democrático burguês, foi necessário burocratizar decisões internas. Isto ocasionou, como discutiremos logo à diante, nas entidades dirigidas pelo Partido, como é o caso da UNE e CUT, e nas políticas e métodos implementados por estas entidades, sobretudo à partir de suas direções, em consenso com a política formal do Partido e da coligação, de um modo geral.

Não é pouca a bibliografia sobre este assunto, a burocratização do PT. Felizmente podemos contar com um acúmulo de discussões o suficiente para traduzir esta análise com a precisão necessária para tanto.

Neste sentido, Arcary avalia que:

(...) uma hipótese de explicação para a evolução das posições políticas e programáticas da direção do PT que repousa em uma análise das pressões de classe a que o Partido esteve submetido. A dinâmica de adaptação do PT ao regime democrático eleitoral será apresentada simultaneamente ao processo de burocratização de uma geração de ativistas que ascendeu socialmente através da política e se integrou às classes médias acomodadas.” (ARCARY apud GARCIA, 2011, p.9.)

Não objetivamos aprofundar nossa discussão de quais transformações se deram primeiro no PT, basta ressaltar que elas mostram suas contradições na prática, e que em nosso recorte temporal elas já estão consideravelmente consolidadas.

A coligação de partidos que constitui esta frente popular, majoritariamente o PT, PMDB, PL, e PCdoB, é por si só um elemento de contradição se tivermos como base as perspectivas programáticas iniciais do Partido.

Voltando aos pontos do programa de 1989, PT de 2002-2012, quando não se absteve de decisões sob a soberania nacional de outros países, participou diretamente no processo de controle destes a favor de atitudes imperialistas. Podemos citar a ocupação do Haiti por tropas da ONU sob tutela do Exército brasileiro, isto é, a Minustah.⁶

Teoricamente esta operação teve um caráter de “ajuda humanitária” em nome da ONU, para a reconstrução do Haiti depois que conflitos internos desencadearam uma guerra civil pela disputa do poder no país. Mas algumas fontes nos trazem outras informações sobre esta prática e seu significado político e econômico, como a denúncia de Didier Dominique, dirigente da central sindical Batay Ouvriye (Batalha Operária), em entrevista ao editorial da “Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional” (LIT-QI):

(...) Por exemplo, no campo os duvalieristas voltam a recuperar as suas terras. E, agora, com a polícia e a Minustah, os latifundiários de antes voltam a fazer uma contrarreforma agrária. A Minustah dá apoio ao desalojamento dos camponeses de suas terras, onde estão desde 1986 (após queda de Baby Doc). Muitos ativistas da Batay Ouvriye então neste enfrentamento no campo. Quando a Minustah sai, deixa para trás alguns “gerentes”, “guardiões”, pessoas armadas fazendo a segurança.⁷

6 “Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti”.

7 Extraído de <http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2854>. (Acesso 09/09/2013), A entrevista integral conta nos anexos.

Isto esboça o que seria “o plano do imperialismo de transformar o país num mero depósito de mão de obra barata às multinacionais”⁸. Sendo desta maneira, esta prática diluiu as perspectivas construídas no programa Petista de 1989 em vários sentidos: Colabora diretamente com a dominação imperialista, sobretudo estadunidense, na região; impede a luta pela soberania nacional construída pelas bases, colaborando com organizações de ultra direita que são historicamente responsáveis pela atual situação caótica do Haiti; contribuiu no aprofundamento de relações de um capitalismo extremamente selvagem e pernicioso, em troca de pequenas concessões, as quais seriam parte de uma “política de Lula, de tentar um assento no Conselho de Segurança da ONU”⁹

De nenhuma maneira isto representa uma luta em direção ao socialismo, mas na verdade se torna uma disputa hegemônica cada vez mais burocrática e institucional, nas entranhas do Estado. Isto, por um lado, suprime as reivindicações que surgem das bases ao mesmo tempo em que pressiona as entidades representativas de base a cumprirem seu calendário político. Por outro lado empurra programática e organicamente estas entidades às vias da institucionalização, dentro dos limites da “legalidade burguesa”, usando-as como “braços políticos” do governo do PT.

Muitas vezes a “legalidade burguesa” é rompida por estas entidades, algumas vezes por conflitos internos que culminam em lutas na disputa pelas pautas de base, e outras em casos de irregularidades gravíssimas, como casos de corrupção. Podemos citar como exemplo a investigação sobre os convênios do governo que inclui a UNE e uma possível lavagem de dinheiro à partir de notas frias. No total de doze milhões de reais:

BRASÍLIA – Investigação do Ministério Público aponta indícios de irregularidades graves em convênios do governo federal com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de São Paulo. Entre 2006 e 2010, essas entidades receberam cerca de R\$ 12 milhões dos cofres públicos destinados à capacitação de estudantes e promoção de eventos culturais e esportivos. No caso da UNE, o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) Marinus Marsico identificou o uso de notas fiscais frias para comprovar gastos. E detectou que parte dos recursos liberados pelo governo federal foi usada na compra de bebidas alcoólicas e outras despesas sem vínculo aparente com o objeto conveniado (...)¹⁰

Isto é, só para citar alguns destes desvios, ressaltamos que essencialmente não convergimos ideologicamente com este editorial, no entanto, apenas explicitamos sua base factual. Este elemento não pode passar despercebido para os historiadores, como esta última notícia

8 Idem.

9 Idem.

10 TCU INVESTIGA CONVÊNIOS DA UNE COM O GOVERNO FEDERAL. **O GLOBO**. Disponível em: <<http://www.implicitante.org/noticias/tcu-investiga-convenios-da-une-com-o-governo-federal/>>. (Acesso 08/06/2012)

aparentemente passou para os “espectadores”.

É sabido que a estratégia eleitoreira em países de extensão continental como o Brasil é também uma “corrida por investimentos de campanha”, ao menos é assim com a imensa maioria dos partidos brasileiros, sobretudo da direita tradicional e da Social Democracia.

Para tanto seriam necessárias concessões, como, por exemplo, a participação de alianças entre o PT e partidos do “centro” ou mesmo da direita tradicional para a disputa de prefeituras e governos estaduais. Vale lembrar que a coligação “Petista” vitoriosa nas eleições presidenciais de 2002 contou com partidos de origens Liberais, visto que a vice-presidência era ocupada por José Alencar do Partido Liberal (PL).

As concessões eleitoreiras não ficam apenas no patamar das alianças partidárias, a rigor, são concessões programáticas, econômicas e políticas. Ou seja, ainda mais profunda e objetiva que a “aparência” do partido é suas práticas e o seu caráter estratégico.

As posições políticas não são, contudo, o único parâmetro para compreender o PT. Partidos podem ser julgados pela história de suas linhas políticas, as campanhas públicas em que se engajam, e de suas lutas políticas internas; pelo confronto entre suas posições quando estão na oposição, e quando estão no poder; pelo programa para a transformação da sociedade, ou até pelos valores e ideais que inspiram sua identidade, pela composição social de seus membros – militantes ou simpatizantes – ou dos seus eleitores, ou da sua direção, pelo regime interno do seu funcionamento; pelas formas de seu financiamento; ou pelas relações internacionais. Todos estes critérios são válidos, e a construção de uma síntese exige uma participação da sua dinâmica de evolução. Só não pode é julgar um partido por aquilo que ele pensa sobre si próprio. (ARCARY, 2011. p. 68)

Isso vai se traduzir, após a eleição de Lula, 2002, na aceitação incondicional dos termos propostos pelo Banco Mundial para a “aceleração da economia nacional” pelo PT e seus coligados da “Frente Popular”, o que em outras palavras significa o aprofundamento das metas do Neoliberalismo para a gerência econômica do país.

Na prática isto aconteceu com a entrega das riquezas nacionais ao capital privado multinacional e o sucateamento dos serviços públicos em detrimento dos investimentos do estado nos setores privados e as privatizações. Utilizando-se para tanto das entidades, já citadas, para articular suas políticas sem sofrer o impacto direto da resistência das bases.

1.2 Frente Popular: Uma aproximação conceitual dos governos petistas

Com a mudança significativa ocorrida a partir do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), ou seja, algumas alternativas foram organizadas como uma oposição à “margem esquerda” do

projeto defendido pelo PT e seus coligados durante a ascensão da Frente Popular ao governo. Para Henrique Canary, um governo de Frente Popular possui às seguintes características:

“Frente Popular” não é o nome de uma coligação. É o conceito político. Chamamos de Frente Popular a todos os governos encabeçados pelos partidos da classe trabalhadora em unidade com a burguesia. Trata-se de uma situação incomum, já que normalmente a burguesia governa apoiada em seus próprios partidos. Em situações normais, as lideranças traidoras da classe trabalhadora ficam fora do governo, prestado seus serviços ao capital na qualidade de “oposição responsável”. Apenas em situações ainda mais excepcionais a burguesia incorpora essas lideranças no governo. E somente em situações mais excepcionais ainda essas lideranças traidoras exercem o papel principal, domina o governo. Quando isso acontece, estamos diante de uma Frente Popular. Polícia, Exército, Justiça, etc. A frente Popular é, portanto, um governo burguês bastante diferente, mas ainda assim, burguês. (CANARY, 2006, p.58).

Este debate feito por Canary é rigoroso com relação a atuação das lideranças políticas no processo de composição dos governos. O autor se posiciona de maneira crítica, mas consideremos que esta bibliografia é destinada a iniciação sobre conceitos políticos. De uma maneira Geral pode-se dizer que a Frente Popular é um governo fruto de uma crise política.

O tema dos governos de Frente Popular também foi abordado por Leon Trotsky, um dos líderes e teórico da Revolução Russa de 1917. Trotsky dedicou-se, também, ao estudo da contra-revolução que, segundo o autor, começou a disseminar, no caso russo, logo após aos estalidos da Revolução.

Para Trotsky,

As "Frentes Populares" de um lado e o fascismo de outro, são os últimos recursos políticos do imperialismo na luta contra a revolução proletária. No entanto, do ponto de vista histórico, estes dois recursos são apenas ficções. A putrefação do capitalismo continua, tanto sob o signo do barrete frígido na França como sob o signo da suástica na Alemanha. Somente a derrubada da burguesia pode oferecer uma saída. A orientação das massas está determinada, de um lado, pelas condições objetivas do capitalismo que se deteriora; de outro, pela política traidora das velhas organizações operárias. (TROTSKY, 1938. p. 44)¹¹

Esta Característica de “Governo de Classes” com a direção oriunda das camadas operárias caracterizada como traidoras é recorrente na bibliografia Trotskista:

(...) o governo de Frente Popular quer dizer, o governo de coligação dos operários com a burguesia é, na sua própria essência, o governo de capitulação ante a

11 TROTSKY, Leon. O PROGRAMA DE TRANSIÇÃO. 1938. Extraído de <<http://marxists.org/portugues/trotsky/1938/programa/cap01.htm#1>> (Acesso em 12/08/2013)

burocracia e os oficiais. Esta é a grande lição sobre o que aconteceu na Espanha, paga hoje, por milhares de vidas humanas. (TROTSKY, 1938. p.44)

Esta excepcionalidade se daria por vários motivos, podemos apontar que um deles é a construção de um “Consenso”, com as bases políticas e sociais oriundas da classe trabalhadora, sobre as medidas políticas a serem aplicadas, que são essencialmente de interesse burguês, através da confiança construída historicamente entre estas direções de uma “Aristocracia Operária” em suas relações com as bases.

Lênin definiu o que é “Aristocracia Operária” e constatou seu papel político frente às lutas de interesse da classe trabalhadora. A “Aristocracia Operária”, para Lênin, é a portadora de certos privilégios, como salários mais altos e condições materiais mais estruturadas, desenvolvida no seio das sociedades capitalistas ocidentais as quais possuem certo grau de prosperidade. Esta classe, faz parte do desenvolvimento das relações capitalistas de produção que, em certa medida, favoráveis à sua condição material e estaria, portanto, interessada na perpetuação destes privilégios ao invés da superação das relações de dominação de classes.

Para Lênin, esta característica de cooptação da direção operária se desenvolveu no âmago do Imperialismo, tema amplamente debatido pelo autor.

(...) A burguesia de todas as grandes potências trava a guerra com o fim de partilhar e explorar o mundo, com o fim de oprimir os povos. Um pequeno círculo da burocracia operária, da aristocracia operária e de companheiros de jornada pequeno-burgueses podem receber algumas migalhas dos grandes lucros da burguesia. A causa de classe profunda do social-chauvinismo e do oportunismo é a mesma: a aliança de uma pequena camada de operários privilegiados com a "sua" burguesia nacional contra as massas da classe operária, a aliança dos lacaios da burguesia com esta última contra a classe por ela explorada. O conteúdo político do oportunismo e do social-chauvinismo é o mesmo: a colaboração das classes, a renúncia à ditadura do proletariado, a renúncia às ações revolucionárias, o reconhecimento sem reservas da legalidade burguesa, a falta de confiança no proletariado, a confiança na burguesia. O social-chauvinismo é a continuação direta e o coroamento da política operária liberal inglesa, do millerandismo e do bernsteinianismo. (LÊNIN, 1916, p.44)¹²

Os elementos apontados por Lênin no começo do século XX à cerca da Aristocracia Operária podem servir como ferramenta para a compreensão de certas relações sociais estabelecidas entre o PT e suas bases.

As aspirações da classe trabalhadora reconheceriam este governo como “*seu*” governo, ou ao menos como “*um mal menor*” frente aos partidos e as políticas da direita tradicional. Enquanto a

12 LÊNIN, Vladimir I. O Oportunismo e a Falência da II Internacional (1916): Extraído de <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/01/falencia.htm>> (Acesso em 12/08/2013)

burguesia, mesmo reconhecendo a importância da atuação desta direção no que concerne à manutenção da estabilidade social frente a uma crise, constatou que “*é um bom governo, mas é deles*” (CANARY, 2012, p.60).

Chico de Oliveira, em “A Dominação Globalizada: estrutura a dinâmica de dominação burguesa no Brasil”, analisa alguns autores que debatem o processo de reformas neoliberais no Brasil sob o ponto de vista de um 'consenso' que existiria em torno do "*fracasso das reformas neoliberais*", e que este mesmo consenso constataria o governo de Lula e do PT, de 2002 a 2006, como um *terceiro mandato de FHC*. No entanto, o próprio Chico de Oliveira desconstrói esta perspectiva ao refletir este objeto em um contexto mais amplo. (OLIVEIRA, 2006, p. 285)

Segundo sua análise, haveria uma *dominação de uma classe sem política*, que estaria essencialmente baseada na *internacionalização das decisões* políticas e econômicas, e isto seria o resultado de uma perda de autonomia, uma *pa de cal das decisões internas*, referidas à nação, que teria sido *extrovertida*, sobretudo pelo processo de ascensão do neoliberalismo. (OLIVEIRA, apud FURTADO. p. 285)

O período que se chamou neoliberal operou uma mudança extraordinária na dominação burguesa no Brasil. Em primeiro lugar, a financeirização da economia pré-determina a acumulação possível e o lugar do Estado na economia. Em segundo lugar, as intensas privatizações retiraram do Estado a capacidade de fazer política de produção. Torna-se patético que economistas acreditem que a moeda nacional, o real, estabilizado, seja capaz de produzir e conduzir política econômica. As relações entre as classes mudaram substancialmente com as privatizações e com a financeirização. Por último, e não menos importante, o Partido dos Trabalhadores, criado no período de invenções, com larga base entre os trabalhadores industriais e de serviços, e sobretudo nas estatais, viu-se erodido pelo próprio processo de privatizações e desregulamentações, com a forte perda de empregos formais, a intensa informalização do trabalho, a desqualificação semântica dos privilégios dos servidores públicos e o enorme desemprego. A financeirização de par com a privatização das estatais deu lugar a uma nova classe criada para gerir os fundos de pensão que são –pasmese!– de propriedade dos trabalhadores. Esse movimento transportou-se para o partido que profissionalizou-se e foi integrado ao corrupto e ineficaz sistema partidário brasileiro. Assim, a vitória do capitalismo mundializado é quase total. Não é uma coisa menor que a alternativa política tenha sido digerida pelo sistema. O PT no governo federal não faz a menor diferença. A política como recurso de método das classes dominadas foi inteiramente depredada pela presença do PT no governo federal. Não se inventa do nada uma nova forma da política. (OLIVEIRA, 2006. p. 286)

Chico conclui ainda que “*No Brasil, o PT renunciou à alternativa para conformar-se ao figurino tradicional da política brasileira. Pior: com a liderança carismática de Lula, o PT facilita a dominação burguesa sem política*”. E esta hipótese, que se já se confirmou em algum grau, serve de base para que possamos fazer vários questionamentos ao nosso objeto. (OLIVEIRA, 2006, p.

Segundo Valério Arcary, o contexto em que estas possibilidades se encontram é de crise, visto que no cenário internacional da América Latina haviam sido depostos mais de 10 presidentes, por mobilizações populares e operárias.

Estamos diante de uma nova etapa histórica. Afinal, já foram dez os presidentes eleitos e derrubados na América Latina – por mobilizações de massas operárias e populares, não por golpes militares pró-americanos, como na sequência da revolução cubana – depois do fim dos anos de 1980, expressando a fragilidade da democracia liberal no continente. Não sabemos se os novos ventos dos Andes já descenderam a cordilheira. O desafio, no entanto, está colocado: construir uma oposição de esquerda que ofereça uma saída para a crise do PT, da CUT e da UNE, para vencer a confusão e a prostração que são a antessala do grande perigo da desmoralização. O que nos devolverá à discussão sobre os fins e os meios. (ARCARY, 2011. p. 91)

Segundo a tese geral de Arcary, o PT cumpriu um papel decisivo nesta crise, qual seja, o de solucioná-la sem que para isso as bases econômicas e políticas sobre as quais se constituiu o estado Brasileiro não fossem alteradas, ou seja, dentro de um contexto em que Arcary aponta esta crise política, ele também aponta a possibilidade da abertura de uma *situação revolucionária*¹³, em que no cenário internacional da América Latina já se sentiria, em alguma medida, os resultados desta situação. As teses de Oliveira e Arcary se aproximam neste ponto, ao afirmar que o PT seria então a ferramenta escolhida para cumprir esta tarefa, pelos motivos apresentados por Coelho.

Para compreender este processo, que é de institucionalização, é que se investigou alguns elementos da trajetória petista desde sua formação para constatar os elementos programáticos políticos que podem contribuir para o entendimento do processo de construção de uma alternativa a UNE no movimento estudantil, como a tática e estratégia que exhibe suas mudanças na perspectiva da tomada de poder e sobre a implementação das reformas.

Não nos basta apenas exibir o conteúdo, neoliberal, das reformas propostas pelo PT no

13 Um recente estudo sobre a evolução política do PT retoma o tema da caracterização de 89 como sendo uma situação revolucionária: “A idéia de que uma determinada situação não pode continuar, percebida de forma ampliada na sociedade e motivando ações correspondentes dos atores políticos nos leva a identificar que é o sistema de dominação que sofre uma crise(...) Dentre os aspectos levantados “classicamente” para definir uma situação como revolucionária, isto é, uma crise de dominação elevada ao seu máximo limite, é possível identificar, ao menos embrionariamente, os seguintes: um generalizado questionamento, entre os “de cima” e entre os “de baixo” das regularidades anteriores, tanto as referidas ao Estado como às econômicas; uma elevação substantiva da atividade política fora da instituições representativas, pressionando-as mas também contestando-as (como na Constituinte e mesmo na eleição presidencial de 1989); a existência de fissuras e desacordos pronunciados no interior das classes dominantes. Isto ocorria em meio à estagnação e esgotamento do modo de desenvolvimento capitalista no país. **Assim parece ser possível identificar, no seu momento mais agudo, em 1989 – ou se quisermos dilatar temporalmente, entre os anos de 1988 e 1989 – um processo embrionário de uma crise de dominação**”(grifo de Arcary) (ÁRABE, Carlos Henrique, **Desenvolvimento Nacional e Poder Político, o projeto do PT em um período de crise**, Dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de sociologia do IFCHS da UNICAMP, 1998, p.86) In: ARCARY, 2006. p. 35

período pós-eleição de Lula, pois desta maneira estaríamos naturalizando este processo histórico ocorrido dentro do PT, e acabaríamos omitindo elementos importantíssimos, como a participação dos sujeitos e grupos políticos neste processo histórico.

1.3 O Movimento Estudantil no contexto da construção de alternativas à UNE

O movimento estudantil possui uma dinâmica característica que é determinante para sua constituição, cuja compreensão é fundamental para qualquer análise que se disponha a investigar este objeto: sua alta-rotatividade.

A cada ano um novo grupo passa a integrar o espaço da Universidade, ao passo que outro conclui sua graduação e se desliga do espaço e das relações que se constituem no espaço Universitário. Cada grupo permanece neste espaço por quatro ou cinco anos, e neste período de tempo devem dar conta dos encargos cotidianos com as matérias da grade de ensino e atividades extracurriculares.

Dentro deste quadro repleto de tarefas a serem cumpridas para a graduação na Universidade, os estudantes se deparam com as dificuldades cotidianas como a falta de investimento e políticas de manutenção da educação que se traduz na estrutura precária das universidades, as mazelas deixadas por um processo de sucateamento do ensino Público, falta de professores em sala de aula ou a falta de cópias suficientes de livros na Biblioteca até as cobranças de taxas por serviços dentro das instituições.

A percepção destas debilidades, aliada ao questionamento crítico desta realidade, a partir até mesmo dos conhecimentos que se adquire dentro do espaço Universitário, e por vezes a necessidade objetiva de permanência na Universidade frente ao alto custo de se garantir na mesma, estes são alguns elementos que podem levar os estudantes a se organizarem nos Movimentos estudantis.

Porém, as contradições que permeiam o movimento estudantil, para além da alta-rotatividade de seus sujeitos, é a heterogeneidade de sua composição. Esta heterogeneidade é tanto o espaço social de que se originam seus sujeitos, ou seja, filhos de trabalhadores, estudantes que já são trabalhadores, pequeno-burgueses e filhos da pequena burguesia até mesmo sujeitos de grupos da elite econômica. É também sua heterogeneidade política.

A heterogeneidade política do Movimento estudantil tem, por vezes, relações com a origem social dos sujeitos, mesmo que isso não signifique que um "pequeno-burguês" não possa assumir uma postura revolucionária ou um estudante que trabalha e é explorado não possa assumir

uma postura em defesa dos programas do Banco Mundial que em suma repassam o peso do crescimento econômico para as costas dos trabalhadores, por exemplo.

Estes fatores devem ser refletidos durante o processo de investigação, para que se possa compreender o desenvolvimento das concepções do Movimento Estudantil com base nas peculiaridades de sua dinâmica.

Quer dizer, não existe só um movimento estudantil, não existe só um interesse de classes para a construção do projeto de Universidade, não existe portanto apenas um modelo de reformas almejados pelo conjunto deste setor. Mas devemos concordar que antes da Eleição de Lula havia, mesmo que genericamente, uma expectativa geral por mudanças mesmo que, em alguma medida, isto já fosse questionado dentro dos movimentos de base.

A institucionalização de boa parte dos movimentos, que passaram a defender verticalmente as bandeiras de suas direções no governo PT (PT, PMDB e PCdoB), gerou descontentamento nas bases do movimento estudantil dentro da UNE. Em seu 47º congresso de 2001, onde houve brigas com agressões físicas durante o processo de discussões e votações, gerando um documentário de curta metragem intitulado “Que porra é essa?”¹⁴, já se discutiu o processo de burocratização da entidade.

Deste documentário gostaríamos de destacar a fala de um estudante, não identificado, de São Paulo, com um tom de ironia que aos 5:06 minutos do vídeo questiona:

“A pergunta é: o que eu estou achando do congresso?... não, isso tem que ser reformulado, não existe congresso, gente, isso aqui não é congresso. Não se debate nada, não se discute nada, como que pode ser um congresso? Isso aqui pode ser um encontro, onde as pessoas trocam ideias, e tal e tudo mais. Mas congresso? Não é congresso, isso aqui não é congresso. Os caras falam que querem tirar o FHC, fora FHC, fora FMI, pra colocar quem? Eles? Eles são bem piores do que os caras, você tá entendendo? Por que o FHC, a gente sabe que ele é podre, agora eles não, a gente deposita alguma esperança no movimento estudantil, que a gente possa lutar, e eles não vão mudar nada, por que aqui não se discute nada. A mesma coisa que eles criticam, é aquilo que eles são, você tá entendendo? Então não vai mudar nada (...)” (Documentário “Que porra é essa?”, 2001).

Esta perspectiva apresentada pelo estudante de São Paulo corrobora, em alguma medida, a conclusão de Chico de Oliveira de que o histórico do PT e suas figuras facilitariam a dominação burguesa sem política, constatando, até quase naturalizando, o processo de degeneração política deste setor da “esquerda” ao compará-lo, ou ainda mais, dizendo que poderia ser ainda pior que o governo neoliberal do PSDB e de FHC pelos motivos que já apresentamos. Ou então, no

14 Produzido em 2001, Produção independente. Extraído do YOUTUBE
<<http://www.youtube.com/watch?v=wP3wAlsYF1s>> (Acesso em 15/08/2013)

questionamento do estudante ao se referir à “mudança” almejada pelos partidários do PT e PCdoB, quer dizer, há em algum grau neste relato ao mesmo tempo uma reclamação e uma cobrança por uma "alternativa real" ao projeto defendido por estes partidos.

O movimento estudantil, como parte dos movimentos sociais e sindicais, não saiu ileso deste processo que ocorreu com o petismo e o acúmulo de discussões que se originou durante a resistência às reformas neoliberais, sobretudo no governo PSDB, que teve peso sobre uma parcela deste movimento.

De certa forma, os ataques da direita tradicional, encabeçada pelo PSDB de 1994 a 2002 na direção política do Brasil, contribuiu no aprendizado político das gerações que sucederam o fim da ditadura militar no Brasil. A luta, inclusive com a participação de correntes do PT e PC do B, contra o Neoliberalismo e as privatizações das estatais deste período, foi um importante foco da luta de classes durante os anos 1994-2001.

A partir da compreensão desta conjuntura e de todos os elementos citados anteriormente, apontamos, inicialmente, a hipótese de que o movimento de ruptura com a UNE teria se dado como fator objetivamente ligado à ascensão do PT ao governo.

Nesse sentido, a CONLUTAS apareceu como uma voz apontando a necessidade de criticar-se este processo, que acreditava-se não estar recebendo a devida resistência, do ponto de vista classista. Lê-se segundo sua versão:

O atrelamento da CUT ao Governo Lula e sua conseqüente perda de autonomia, um princípio fundamental para qualquer organização de trabalhadores, ocorreu no momento em que ex-sindicalistas dessa central assumiram cargos no Governo Federal. O processo de burocratização interna somado à acriticidade dessa à implementação de políticas neoliberais por parte desse governo ganhou uma dimensão estrondosa, como, por exemplo, em 2003, quando o Governo Lula propôs uma Reforma da Previdência que retirou direitos históricos do funcionalismo público bem como ampliou o oferecimento do serviço previdenciário por parte do setor privado; a CUT além de não iniciar um trabalho de mobilização no sentido de questionar e paralisar a implementação dessa contra-reforma; ela se posicionou contra a greve dos servidores públicos federais nesse ano de 2003 que contou com 70% de adesão. Aprofundando a implementação de uma política neoliberal, esse governo adotou desde o início uma postura conservadora para a política macroeconômica do país, e além da Reforma 3. Esse governo é constituído por dois mandatos, no período total de 2002 a 2010. GT3 Classes sociais e transformações no mundo do trabalho Previdenciária, implementou outras reformas com o mesmo viés na área da educação superior e na área trabalhista que tiram direitos sociais da população brasileira. De acordo com algumas análises e perspectivas políticas, além dessas reformas citadas, o governo pretende implementar também uma Reforma Sindical que fortalecerá a política cupulista no sindicalismo brasileiro desmantelando os sindicatos combativos às políticas neoliberais e facilitará a aplicação de políticas que flexibilizarão e eliminarão os direitos trabalhistas. A postura acrítica da CUT e da UNE diante essa ofensiva neoliberal, provocou o início de um processo caracterizado por rupturas

com essas entidades, tendo como polo aglutinador a Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) constituída em 2004. Percebe-se nesse período um tímido processo de desfiliação a CUT por parte de sindicatos, e a constituição uma Coordenação Nacional de Lutas Sociais, durante um Encontro Nacional Sindical, na cidade de Luziânia/GO. E inicia-se, em nossa concepção, um novo ciclo na história da reorganização dos trabalhadores no Brasil, porque a CONLUTAS se configurou como um novo espaço de organização dos trabalhadores reunindo não somente o setor sindical, mas também os setores popular e estudantil, em luta contra as reformas governamentais que retiram direitos dos trabalhadores. (JUNIOR & ALVES, 2010. p. 74 e 75)¹⁵

Sobre a história da CONLUTAS, sua fundação se deu por causa da “postura acrítica da CUT e da UNE diante essa ofensiva neoliberal, provocou o início de um processo caracterizado por rupturas com essas entidades, tendo como polo aglutinador a Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) constituída em 2004”¹⁶. Vale lembrar que cada corrente que compôs sua fundação tinha uma concepção sobre a essência de sua virtude, ou seja, cada grupo pensava esta ferramenta a partir de interesses, concepções e compreensões diferentes da realidade e da função tática e estratégica que cumpriria a nova entidade.

Neste sentido, há na prática uma diferença de interpretações sobre os processos vividos em cada organização, e dentro destas por seus sujeitos componentes. E há de se avaliar que a dinâmica com que se desenvolve o nosso objeto requer atenção.

CAPITULO II: RESISTÊNCIA A REFORMA UNIVERSITÁRIA NA UNIOESTE: TRAJETÓRIAS MILITANTES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNIOESTE (2002-2007)

Em nossa hipótese inicial o rompimento com a UNE se deu em consequência da institucionalização das entidades ligadas ou dirigidas pelos partidos da Frente popular, sobretudo o PT e o PCdoB. Sendo assim, as entrevistas realizadas para compreender este processo tiveram como objetivo central o relato sobre este processo histórico, por se tratar de uma conjuntura inserida no contexto de lutas sociais e resistências ao avanço neoliberal. Procurou-se estabelecer um diálogo amplo com as fontes, de forma que os relatos orais, por exemplo, não fossem tratados como verdade absoluta e incontestada, mas sim como a história de vida dos sujeitos que estiveram envolvidos no processo em questão.

A compreensão de como atuou os partidos da Frente popular foi também uma das

15 O surgimento da CONLUTAS no processo de organização do movimento dos trabalhadores no Brasil a partir de 2004 (Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior e Stênio Eduardo de Sousa Alves). p. 74 e 75; In: **Anais** do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN: 2177-9503 Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL.

16 Idem.

preocupações que tive, tanto no momento de coletar a bibliografia quanto na metodologia de análise das fontes que selecionei. Nesse sentido, os entrevistados foram convidados a abordar o contexto de maneira ampla, inserindo sua história de vida entrelaçada ao contexto pesquisado.

2.1 O ME na Unioeste no contexto dos ataques neoliberais

Este processo de luta de classes também ocorreu no Estado do Paraná, com lutas populares contra a privatização da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e com outras formas de resistência. Uma delas foi a resistência que se construiu na Unioeste com sua pauta articulada em torno da bandeira de *Autonomia Universitária*.

Evandro Castagna estudou esta conjuntura e nos apresenta uma análise sobre os conflitos gerados à partir da discussão sobre Autonomia Universitária segundo o Termo de Autonomia das Universidades apresentado pelo Governo Jaime Lerner (1995-2003).

O Termo de Autonomia das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná foi assinado no dia 18 de março de 1999 pelo Governo do Estado, Jaime Lerner, e os reitores das cinco universidades estaduais paranaenses (Universidade Estadual de Londrina - UEL, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE e Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO). No caso da UNIOESTE, o reitor na época era o professor Erneldo Schallenberger. Seu processo de implementação, devido ao seu conteúdo e as circunstâncias em que fora aprovado, motivou intensas mobilizações contrárias que se espalharam rapidamente nas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES do Paraná, embora houvessem setores da comunidade acadêmica favoráveis a sua implementação. A luta contra a concepção de autonomia defendida pelo governo do estado através do Termo esteve presente no ponto de pauta do movimento grevista de 2000 e 2001/2002 e envolveu várias universidades do estado, como veremos mais adiante.

No Termo ficou estabelecido o montante de recursos repassados mensalmente pelo governo do estado às universidades e ficava a critério delas obterem a complementação que necessitassem através de “recursos alternativos”. Embora fosse provisório, com validade para o ano de 1999, já trazia a perspectiva da assinatura de um termo de autonomia definitivo ao seu término. (CASTAGNA 2008, p. 16 - 17)

Em resposta a esta política do Governo do Estado do Paraná, encabeçado por Lerner, os trabalhadores e estudantes do Campus de marechal Cândido Rondon produziram uma carta *Em defesa da Universidade Pública, Democrática, Gratuita e de Qualidade* que denunciava este processo.

"A privatização já vem se afirmando progressivamente. Embora não se dê através da cobrança direta de mensalidade aos acadêmicos (pelo menos até o momento), é possível percebê-la revestida de outras formas, mais ou menos dissimuladas, como

a cobrança abusiva de taxas ligadas a serviços internos da Instituição e até mesmo a "arrecadação" de ingressos através de cobrança do valor do vestibular. Outras dessas formas pouco dissimuladas é a implementação de cursos pagos de pós-graduação *latu sensu*. O mais grave é que o vestibular pago (e caro), taxas acadêmicas e cobrança nos cursos de pós-graduação atacam frontalmente o princípio de gratuidade do ensino e restringem o acesso, as possibilidades de permanência na Universidade e a qualificação dos profissionais nela formados".(RONDON, 1999. p. 3)¹⁷

Nota-se que esta discussão produz duas perspectivas, dois modelos para a Universidade Paranaense. De um lado o Termo de Autonomia das Universidades apresentado pelo governo Lerner é construída sob ótica da prática de inserção de capital privada nas universidades públicas, sobretudo no que condiz aos investimentos em pesquisa e extensão, ao passo que diminui as responsabilidades com encargos e investimentos na Universidade Estadual.

Por outro lado, temos a perspectiva dos Trabalhadores, professores e técnicos e dos estudantes, organizados na Greve, de que a Autonomia Universitária deve ser garantida pelo estado à partir de investimento do capital público nas instituições de ensino públicas. Isto é, recusam o projeto Neoliberal do governo Lerner, ao ponto que defendem a manutenção das conquistas históricas já garantidas para a Universidade.

Este processo de resistência gerou uma greve, que até os idos de 2001-2002 (quando ocorreu a mesma), não havia outras greves tão longas, por parte das universidades, em toda a América Latina. Não é nossa intenção se estender no debate sobre o que foi e como se desenvolveu a greve. Entretanto, consideramos que ela foi um momento importante de avanços no que se refere a organização dos setores universitários em todo o Paraná, sendo que o seu principal foco de sustentação, durante seis meses foi na Unioeste.

A “greve dos seis meses” como ficou conhecida, não pode ser considerada, portanto, um efeito natural de resistência aos ataques à autonomia Universitária. Principalmente quando sua estratégia foi cunhada a partir de setores heterogêneos do corpo universitário, seja enquanto categoria seja enquanto grupos políticos organizados ou pautas e interesses políticos diversos, inclusive dentro das categorias.¹⁸

Nesta conjuntura em que os setores da universidade se articularam como resistência aos ataques políticos às conquistas dos trabalhadores, é importante ressaltar o papel de certos grupos. Sobretudo o papel destes grupos durante a transição de governos entre a direita tradicional (PSDB de Fernando Henrique Cardoso) para o governo de frente popular do PT (Com Lula na direção dos

17 CARTA DE RONDON. **Em defesa da Universidade Pública, Democrática, Gratuita e de Qualidade.** (Marechal Cândido Rondon, 1999. p.3.)

18 Para saber mais sobre a “greve de seis meses” ler A GREVE DAS IEES DO PARANÁ EM 2001/2002: CONTEXTO E CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO GREVISTA NA UNIOESTE. (CASTAGNA, 2008)

dois primeiros mandatos).

Estes grupos se destacam por seu papel organizativo enquanto defensores programáticos de reformas que visavam uma universidade Estatal, Gratuita, Democrática e de qualidade com investimento de 10% do PIB para a Educação, ou seja, grupos conscientes de um papel político para a esquerda que fosse para além da administração “humanizada” do capital, e dos limites do regime democrático Burguês.

A análise deste caráter organizativo, que compreendemos a partir da atuação do movimento estudantil da Unioeste, é interessante para que não paremos metodologicamente para uma situação de crítica despolitizada ou “multilateral” e “policlassista” ou mesmo “relativista”.

Almejamos, portanto, compreender como se constituíram as experiências deste indivíduos neste processo, como elas são refletidas neste processo de construção da memória, como estes próprios sujeitos avaliam e relacionam-se com o processo histórico por eles vivido, compreendendo suas perspectivas organizativas articuladas ao processo investigativo do nosso objeto.

Neste sentido se torna importante a análise da entrevista dos membros do Movimento Estudantil que participaram da organização das lutas durante este processo relativo ao Campus de Marechal Cândido Rondon no contexto da ruptura com a UNE, e o desenvolvimento de suas ações com relação às políticas Petistas de Reforma

Para tanto, compreendemos à partir de Verena Alberti e sua indicação de trabalho com a história oral:

Mas acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade e a da história oral como um todo decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. (ALBERTI, 1990, p.5)

Ecléa Bosi discute a noção de memória como um depósito das experiências vividas pelo indivíduo e que se constitui de modo espontâneo e natural. Segundo Bosi a memória é uma construção, é um exercício é um trabalho de elaboração, pois, como observou “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”. (BOSI, 1994, p.55).

O sujeito, portanto, reconstrói o passado segundo suas experiências de vida, e neste processo de lembrar, reside a escolha e sua subjetividade, há lembrança e ao mesmo tempo a omissão de elementos, num processo de reconstrução da História, não segundo ela aconteceu, mas à

partir de como esta história faz sentido para sua vida, seu presente.

Uma articulação dos momentos vividos, da sua vida e do grupo a que pertence. Sendo assim, a memória trabalha, manipula as lembranças transmitidas e reforçadas pelo meio social, o espaço de inserção deste indivíduo. “Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia” (BOSI, 1994, p.81)

2.2 Trajetórias militantes no Movimento Estudantil da Unioeste

Manoel¹⁹ teve sua experiência com a UNE, anterior ao seu ingresso na UNIOESTE, por conta da ligação de sua irmã com a União da Juventude Socialista²⁰ (UJS), não tendo militado organicamente no movimento estudantil neste contexto.

Manoel vem de Americana, no interior do Estado de São Paulo, “com o intuito de estudar na universidade pública”. Segundo ele, sua irmã já o “estimulava a fazer o ensino superior”, e neste sentido ele veio para a UNIOESTE sem conhecer de fato qual era a realidade desta Universidade. Segundo Manoel, a dificuldade de se conseguir o ingresso na Universidade Pública no Estado de São Paulo o levou a tentar o vestibular no Paraná.

Caju²¹ é oriundo de uma família de “pequenos proprietários de terra, que sofreram com o processo de êxodo rural” e se estabeleceram em Cascavel, no interior do Paraná. Quando chegou a Cascavel com 13 anos de idade, seu pai e sua mãe foram trabalhar como comerciantes e abriram um bar e um salão de cabeleireiro, respectivamente. Caju caracteriza-se como sendo pertencente, em suas origens, à uma “pequena-burguesia Rural”, segundo sua própria leitura, e relata ter se “proletarizado” quando passou a ser “vendedor e promotor de vendas”, “(...) vendi raspinha num posto de gasolina, trabalhei como office boy na cidade (...)” e que aos 22 anos de idade pensou em estudar e ingressar na Universidade.

Caju fez Engenharia Química na Unioeste no Campus de Toledo onde relata não ter se adaptado ao curso, pois segundo ele, neste momento, começou a se aproximar do movimento estudantil, e o curso de Engenharia Química não lhe ofereceu respostas às dúvidas e anseios que emergiram em sua vida após o ingresso na Universidade Pública.

Nosso terceiro entrevistado é João, filho de uma professora, sempre estudou em escola

19 Manoel, 27 anos, entrevista realizada por Julius H. H. Daltoé em 05/10/2013. Usaremos pseudônimos para preservar a identidade de nossos entrevistados.

20 Juventude ligada ao PCdoB, sendo a principal corrente política na direção da UNE

21 Caju, 37 anos, entrevista realizada por Julius H. H. Daltoé em 05-10-2013.

pública, é natural de Chapecó, Santa Catarina, mas se mudou aos dois anos de idade para Foz do Iguaçu, onde estudou em escolas públicas durante seu percurso educacional. Sua primeira experiência com o M.E. se deu por seu envolvimento com "o grêmio" estudantil do "Colégio Estadual Almirante Tamandaré quando tava no 3 ano".

João é muito direto em suas respostas, fazendo poucas associações entre os elementos que compõem o contexto, se limitando em responder pontualmente as questões propostas. Em seu relato se constata em vários momentos um tom de ironia com relação ao Governo Petista e as entidades que o apoiam, como a UNE.

Caju entrou em 1998 na Universidade, durante o Contexto Lerner, Manoel entrou em 2004 no curso de História, já após a eleição de Lula, e João ingressou em 2005 num contexto onde o governo Lula já tinha sido consideravelmente "experimentado" em relação à compreensão da atuação, na prática, da frente popular.

Começamos com o relato de nosso primeiro entrevistado, que vamos chamar aqui de Caju para preservar sua identidade, que participou durante muito tempo Movimento Estudantil da UNIOESTE, e esteve presente em momentos decisivos desta organização.

Entre estes anseios ele apresentou os problemas de precarização da Universidade Pública, no que condiz ao contexto de seu ingresso na Universidade, durante a conjuntura do governo FHC a nível nacional e Governo Lerner a nível Estadual durante os anos de 1998/1999.

Neste contexto Caju participou da primeira assembleia geral do movimento estudantil em sua vida, um fator que fez seu interesse por política se aprofundar e o levou a estudar e ler autores que debatem os fundamentos da sociedade e das relações nela situado. Ele aponta, por exemplo, Karl Marx e Maquiavel. Mas ressalta algumas obras de Marx como o "Manifesto do Partido Comunista entre outros clássicos.

Segundo ele, o aprofundamento teórico, proporcionado pelas leituras, definiu sua desistência do curso de Engenharia Química, por não obter resposta aos seus anseios que superavam o conteúdo fundamental desta área ao mesmo tempo em que almejava o aprofundamento de debates e leituras mencionadas. Apesar de que segundo Caju, ele já participava do Movimento Estudantil, tendo sido presidente do Centro Acadêmico de Eng. Química e do DCE do campus de Toledo antes de abandonar o curso para cursar História na Unioeste no Campus de Marechal Cândido Rondon.

Segundo ele, esta necessidade se constituiu a partir de sua própria experiência com o Movimento estudantil. Perguntado sobre o motivo de ter ingressado no curso de História, Caju avalia da seguinte forma:

Por que?! justamente por isso, eu buscava um curso que poderia me ajudar a

compreender melhor a sociedade, me ajudasse a sanar algumas dúvidas, algumas necessidades que surgiram à partir da minha militância política dentro do Movimento Estudantil.

Quer dizer, podemos compreender que sua inserção no curso de História ocorreu a partir do interesse de certo acúmulo teórico, inerente à natureza do curso de História no Campus de Marechal Cândido Rondon, para utilização prática de intervenção na realidade enquanto militante. Trata-se de uma trajetória possível dentre outras proporcionadas pelo curso.

Em outras palavras, avalio que Caju entrou na graduação de História por entender que a atividade inerente ao conteúdo não é um instrumento que tem uma única finalidade, ou seja, o de ser uma graduação ou formação acadêmica restrita, mas, uma ferramenta que, na sua avaliação, possibilitaria a reflexão teórica e movimentação prática necessária à intervenção política na realidade.

Caju, portanto, é pontual neste sentido, ao apresentar suas aspirações e interesses políticos em relação ao seu ingresso e inserção nos espaços da Universidade. Estas aspirações permeiam todo o seu relato, e compreendê-las é um fator muito importante para podermos caracterizar sua inserção dentro do contexto de nosso objeto.

No entanto, podemos apontar que suas memórias estão permeadas por questões do presente, ou seja, a análise do passado é sempre filtrada pelos interesses e o ponto de vista adotado no momento presente.

Isso nos faz refletir novamente sobre o que foi analisado por Ecléa Bosi quando avalia que “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”. (BOSI, 1994, p.55).

Este trabalho de reconstrução da história pela narrativa do sujeito implica a necessidade de investigar sua ação segundo suas considerações sobre a mesma, a partir de sua subjetividade, notar como o sujeito se coloca diante do processo construindo sua identificação com o mesmo.

Podemos dizer que ao lembrar, o indivíduo faz um trabalho de investigação, de busca e pesquisa do passado, guardado em sua lembrança, em sua memória. A memória é, também, um exercício de reflexão, é um trabalho de leitura, de montagem para que justifica e os percursos, as escolhas, as ações daquele que lembra. A construção da memória é neste sentido, também, um ato político de perceber-se no mundo.

Em um primeiro momento quando questionamos sobre se Caju participou da UNE durante sua estadia no curso de Engenharia Química, obtivemos a seguinte resposta:

Não cheguei, mas assim, eu lembro que os estudantes na época participaram de um congresso da UNE, que foi um congresso, digamos assim... um dos mais

importantes, assim, **antes do processo de degeneração da UNE**, em que foi organizado um bloco da esquerda, como é que é o nome desse bloco?... é... Rompendo Amarras (?)... como é que é? não.. não é Rompendo Amarras... não, não... é um bloco que conseguiu unificar inclusive uns setores do PT, do O Trabalho²², todo forte, pra disputar a UNE que conseguiu bastante votos de delegados e, inclusive, garantiu cadeiras dentro da entidade. Mas eu não participei deste processo, tava inclusive se aproximando do movimento estudantil neste período. (grifos nossos)

Este trecho demonstra, em certa medida, o quanto as memórias relatadas por Caju são permeadas por suas relações com o presente. Isto é notado quando em sua fala ele localiza .que o Congresso da UNE aconteceu "antes do processo de degeneração" da entidade. O que demonstra o campo de possibilidades da própria História do Presente, que se caracteriza, de maneira ampla, por se tratar de um processo aberto, sem desfecho aparente, mas vivenciado, sentido e permeado pelas ações do sujeito que relata.

Ou seja, apontamos aqui um elemento de inversão passado-presente, como discutido por Jean Chesneaux (1995) não por que seria impossível que nosso entrevistado construísse esta caracterização sobre a UNE no passado. Mas por que seu relato aponta que esta leitura da UNE se dá à partir de um processo de construção, de um campo de possibilidades que coloca nosso entrevistado como sujeito de sua própria história, aprofundando-se o debate teórico e experiências práticas da vida política do sujeito. Trata-se de um relato militante, característica que construiu sua abordagem restrita ao período pesquisado, mas que marcou profundamente sua trajetória de vida.

Por outro lado, ao relatar sobre as condições institucionais do movimento estudantil ligado a UNE, Caju avalia que "nós enquanto estudantes já localizávamos que existia um processo de degeneração, de burocratização desde 1998, antes de 1998, que quando entrei na Universidade já tinham estudantes que falavam desse processo".

Uma das características deste entrevistado é sua formação política relacionada à construção da oposição de esquerda ao governo Lula, via Entidades Representativas e partidos políticos, visto que Caju associa, em suas reflexões, sua militância no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

Finalmente isto se expressa na perspectiva de sua memória que relaciona seus primeiros contatos com a UNE com a construção do bloco interno de oposição na entidade, mas pondera:

Nesse período o Lula não tinha entrado no governo, então o governo do PT... o PT não tava no governo então existia uma certa Unidade de Ação nas lutas ai, em torno mais de oposição ao Governo Lerner e FHC, aqui no Paraná, em torna do não à privatização da COPEL, contra a privatização da COPEL, que era um projeto

22 Corrente política que compõe o PT.

do Lerner. Foi derrotado, inclusive, com uma ocupação histórica na Assembleia Legislativa do Paraná... dos estudantes. E também em torno da luta contra a privatização da Unioeste e também das estaduais. Existia um projeto do Deputado Divanir Brás Palmas, que na época era do PST e depois foi pro PL, que previa a cobrança de mensalidade dos estudantes nas Instituições Estaduais de Ensino Superior. Então foram projetos que tinham uma perspectiva Neoliberal, de sucateamento do ensino, de privatização que foram derrubados pelo movimento estudantil que saiu vitorioso deste processo: nem a COPEL foi privatizada, nem a Universidade foi privatizada através da cobrança de... de mensalidades. (grifos nosso)

Neste trecho do relato gostaríamos de salientar alguns elementos relatados por Caju que nos ajudam a compreender o contexto local. Nota-se que haviam sérios ataques às instituições Públicas no estado do Paraná, no sentido de desmontar o aparato estatal através de medidas Neoliberais, entre elas a privatização, e estes ataques também se relacionavam à UNIOESTE.

Estes ataques eram sentidos de maneira geral por toda a população do Estado, como a COPEL fazia parte dos planos de privatização, por exemplo, esta luta teve um amplo acompanhamento. Sobre a UNIOESTE, podemos afirmar, a partir de outras fontes, como a CARTA DE RONDON, que esta passava por um contexto radicalizado. Destes embates, é válido lembrar, se produziu uma greve que durou seis meses.

Na CARTA DE RONDON, assinada por várias entidades, entre elas o DCE da UNIOESTE, podemos avaliar a profundidade do antagonismo entre estes projetos, bem como a maneira pela qual os sujeitos envolvidos com a organização à resistência aos ataques avaliaram tais propostas.

A discussão em torno da "autonomia" imposta pelo governo Lerner pressupõe que ela trata somente da questão da gestão financeira. A preocupação resume-se a números, contrariando toda a formulação consagrada na Constituição de 1988. De fato, não existe da parte do governo Lerner um projeto que contemple o ensino superior em suas múltiplas instâncias. O "Termo de Autonomia", que na verdade é um contrato de gestão financeira, assinado pelos reitores das IES - PR, contém, no geral, as mesmas cláusulas, variando somente o montante de verbas destinado a cada uma. Inicialmente saudada como uma "carta de alforria" em relação ao poderoso CRAFE - Conselho de Reestruturação e Ajuste Fiscal (criado pelos Decretos 4959 e 4960, de 16/11/1998), pois a Universidade teria "autonomia" para aplicar os seus próprios recursos. Agora, já se vislumbra o trágico horizonte em que as Instituições de Ensino Superior do Paraná foram colocadas. (CARTA DE RONDON, 1999, p.3)

Haviam, por um lado, os ataques do Governo Lerner via privatizações e desregulamentação do termo de Autonomia da Universidade, ao passo que os sujeitos envolvidos na

contraparte deste embate, ou seja, Trabalhadores e Estudantes da UNIOESTE produziam, através de seus mecanismos, seu próprio projeto e modelo de Universidade. Este projeto foi tecido a partir da luta, da experiência organizativa que acumulou discussões e práticas de oposição ao avanço do projeto de privatização do governo, que inclusive foi amplamente denunciado naquele contexto.

Por outro lado, segundo Caju, durante este contexto de enfrentamentos houveram acampamentos de estudantes nos Campi da Universidade, com fogueiras e roda de violão, onde se produziam discussões políticas e auxiliava na manutenção do quadro de mobilizações.

Também podemos apontar algumas produções acadêmicas, realizada por sujeitos ligados à UNIOESTE envolvidos neste processo de lutas. Entre estas produções destacamos a análise que Luiz Fernando Reis fez sobre a conjuntura das políticas a serem implementadas na Universidade Pública, neste sentido ele destaca a urgência "de preencher a lacuna existente na produção teórica quanto à compreensão dessas reformas do ensino superior que vêm sendo implementadas no Paraná."(REIS, 2001, p. 250).

Compreender a gênese e as estratégias de reformas para o ensino superior, já implementadas em diversos países da América Latina sob orientação do Banco Mundial, nos permite vislumbrar as tendências de privatização presentes nas atuais políticas para o ensino superior que vêm sendo postas em prática pelo governo Lerner e pelo governo federal. Tais tendências indicam a necessidade dos movimentos organizados da comunidade acadêmica qualificarem seus instrumentos e estratégias de intervenção política com vistas a resistir e impedir a implementação aos movimentos de caráter nacional, deverá ter no Comitê em Defesa do Ensino Superior do Paraná²³, o seu centro de gravidade. Para dar conta das enormes tarefas que se vislumbram o Comitê está desafiado a potencializar suas qualidades e a corrigir suas deficiências do plano teórico e no plano de ação política. (REIS, 2001, p. 250)

Neste processo organizacional os estudantes tiveram acesso a vários elementos que possibilitaram o desenvolvimento do pensamento e atuação política. Um dos cursos sobre política e funcionamento da sociedade levou, inclusive, Caju, nosso entrevistado, a largar de vez o curso de Engenharia Química no campus de Toledo e ingressar no Curso de História em Marechal Cândido Rondon.

Outro elemento importante desta fala é quando o entrevistado diz que "Nesse período o Lula não tinha entrado no governo, então o governo do PT... o PT não tava no governo então existia uma certa Unidade de Ação nas lutas", o que nos mostra um pouco do seu relacionamento com o

23 O Comitê em Defesa do Ensino Superior do Paraná foi criado em 1986, é composto por diversas entidades (sindicatos de trabalhadores do ensino superior, associação de docentes, associações de servidores técnico - administrativos e diretórios centrais de estudantes). O Comitê desde a sua criação, tem buscado se constituir no espaço de discussão e organização do conjunto dos movimentos representativos dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica do Estado do Paraná. (REIS, 2001, p.250)

PT, e mostra também uma perspectiva, uma leitura política e sua avaliação pessoal sobre como se comportava o PT, implicitamente produz a perspectiva de que o PT estava na luta pois não estava no governo, onde o PT se dispunha a praticar Unidade de Ação com determinados setores, no sentido de conter o processo de privatização desencadeados pelos Governos Federal e Estadual, no caso, Lerner, e FHC.

Ainda sobre o contexto do Governo Lerner/FHC, Caju faz um relato de sua experiência sobre as condições estruturais e também políticas que ele sentia na Universidade Pública apontando a falta de elementos básicos na manutenção do funcionamento da Instituição e do processo mobilizatório que fermentava no interior das IEES

Também tinha uma situação totalmente caótica na Universidade, faltava dinheiro pra papel Higiênico... tinha banheiros sendo destruídos pra transformarem os banheiros em sala de aula; combinado com isso um grande investimento de dinheiro Público na iniciativa privada. Lá em Toledo eu lembro que tinha... que o prefeito municipal usou a capacidade de endividamento do município pra garantir a construção do prédio da PUC lá... doação de terreno pra construir o prédio, ou seja, pra iniciativa privada. Teve até um processo de mobilização, grande, na época inclusive, com mais de mil estudantes na inauguração da pedra fundamental da PUC com estudantes da Unioeste, tanto de Rondon como de Cascavel e de Toledo se organizaram e foram pra lá e fizeram uma grande manifestação e inclusive tacaram ovo no Fisinski, na cara do Fisinski, que era o secretário de desenvolvimento urbano do Lerner. Na época o Lerner não podia sair pra lugar nenhum do Paraná que ele era vaiado(...) Mas assim, existia um Ascenso no movimento estudantil, o movimento estudantil tava, no Paraná todo, tava muito bem organizado. Existiam reuniões estaduais chamadas pelo DCE da UEM (Universidade Estadual de Maringá), pelo DCE da UEL(...) a UEM principalmente, os estudantes da UEM, da pra se dizer que era um centro político de todo esse processo, a UEM, a vanguarda tava ali e agente conseguia se organizar em torno disso

Esta relação entre os estudantes de várias Universidades Estaduais foi a forja, segundo o relato de Caju, da experiência necessária para organizar o movimento e enfrentar o período de greve de 2001 a 2002 da UNIOESTE.

Foi um momento muito rico, assim, politicamente pensando; onde se chocou dois... duas concepções de Universidade. Uma universidade, é... a partir da perspectiva Neoliberal e que entendia a educação como algo... como uma mercadoria, como algo pra preparar pro mercado de trabalho unicamente e outra concepção de educação que previa a transformação da sociedade, inclusive, que é uma educação para avançar a consciência do estudante, pra avançar a consciência da classe trabalhadora, **inclusive pra superação do capitalismo**. E esses dois modelos se chocaram, assim, nesse processo e... muita gente teve condições, ali, de se formar politicamente, muitos estudantes. **Esse foi o primeiro momento importante é... de unidade, inclusive operaria estudantil, de unidade dos trabalhadores da Universidade e dos estudantes, né.. de uma luta só, pela universidade Pública**

Gratuita e de Qualidade . (grifos nossos)

Nos deparamos com o embate que, resumidamente, se situa em torno de dois projetos para a Universidade. Caju é, novamente, bem pontual em sua fala ao situar isto. Novamente podemos apontar alguns elementos que informam a permeação do presente sobre o passado, sobretudo o quanto a perspectiva "pessoal" de Caju está impregnado em seu relato, ou seja, como sua concepção de mundo, influencia sua leitura dos fatos ocorridos, sua subjetividade de militante político está presente no relato e mais, é difícil desvinculá-la de sua vida.

A familiaridade com certos conceitos e categorias sociais que Caju adquiriu não pode deixar de ser relacionada à sua formação enquanto Historiador, também é claro à sua formação político-partidária. Disto deriva a escolha de suas palavras, e a relativa complexidade de suas leituras e observações.

Ainda sobre este contexto ele avalia um elemento que foi, em sua opinião, um fator fundamental na formação política dos sujeitos envolvidos no processo:

Eu acho que assim, nós temos que localizar muito bem a importância que teve o ANDES nacional em toda esta discussão, inclusive na politização do Movimento Estudantil. Nesse debate mais político e estratégico, o ANDES cumpriu um papel fundamental na época . As revistas do ANDES, os documentos produzidos pelo ANDES, os professores que atuavam no ANDES ali na UNIOESTE, a ADUNIOESTE que era a sessão do ANDES, a atuação também de alguns professores ligados ao SINTEOESTE e algumas produções acadêmicas que surgiram nesse período nos ajudaram muito a compreender a diferença destes dois modelos de educação, de concepção de educação.

A característica militante de nosso entrevistado nos faz notar que por repetidas vezes os marcos de sua memória são permeados por ligações programáticas com o presente, sobretudo em como se lembra dos acontecimentos se referenciando em bandeiras de Luta. Neste trecho, como se nota, reaparece a importância da *unidade operária estudantil*. Também podemos estabelecer o nexo dialético que isso revela, ou seja, a extensão da capacidade de articulação e organização dos sujeitos envolvidos neste processo radicalizado, superando os limites setoriais que se localizam entre os sujeitos na Universidade.

Este elemento, apesar de não ser nosso enfoque, merece um espaço de reflexão, pois tratamos aqui de setores heterogêneos do corpo Acadêmico. São setores que reúnem os mais diversos sujeitos e grupos, com os mais diversos interesses, e que em um determinado momento se articulam organicamente para a conformação de um bloco de lutas. Isto é significativo para se ter em conta uma abordagem mais equilibrada deste contexto. Senão, vejamos.

Após a greve de 2001/2002, Caju ingressou no Curso de História em Marechal Cândido

Rondon e isto convergiu com o primeiro ano do Governo Petista, em 2003, onde lembra Caju "eles já apresentam a proposta de reforma da previdência, que ataca os direitos dos trabalhadores do serviço público federal equiparando aos... servidores privados, ou seja, nivelando por baixo". Causando a perda de certos direitos dos trabalhadores.

O entrevistado analisou este aspecto da seguinte forma. Alguns estudantes se organizaram no movimento estudantil em torno destas lutas, recorrendo novamente à unidade entre estudantes e trabalhadores em Unidade de Ação. Lembra da manifestação ocorrida em Brasília, segundo seu relato com cerca de 70 mil pessoas, "a primeira grande manifestação que, eu acredito que seja, a maior manifestação em todo o governo Lula, foi já nos primeiros anos, durante a reforma da previdência, que trabalhadores e estudantes ocuparam a explanada dos ministérios(...)" (12:00 min).

Lembra que no mesmo dia, 6 de agosto de 2003, morreu Roberto Marinho²⁴ e ironiza o enfoque da Rede Globo de Televisão que foi, justamente, a morte de seu fundador, dando pouca atenção à grande manifestação contra a Reforma da Previdência.

Outro aspecto interessante da avaliação de nosso entrevistado é a expectativa criada em torno do primeiro mandato do Governo Lula, que colaborou para a compreensão do processo histórico analisado no primeiro capítulo. No contexto do combate à reforma da previdência promovida pelos Petistas, ficou claro a divisão entre dois projetos antagônicos de Universidade:

Mas assim, é, e ali começa a se chocar os dois projetos de universidade novamente, contra o Governo Lula. Agente esperava... criou-se uma expectativa em torno do Governo Federal do PT que iria se fortalecer de Universidade Pública, Gratuita, focada na emancipação humana, é, por conta de todo o histórico de lutas do PT, por toda a forma como o PT se construiu na década de 1980. Mas já no primeiro ano eles apresentam uma proposta de Reforma Universitária que não é a... Que uma reforma a gente pensa que vai melhorar ... acredito que quando você vai reformar, você vai melhorar as coisas, mas a reforma do Governo Lula ia piorar ainda mais. Ela tinha todo um conteúdo já Neoliberal, de fortalecimento da iniciativa privada através do desvio de verba Pública para financiar as Universidades Privadas, via bolsas de estudo, via ProUni na época, é... Intensificação das parcerias público privadas, ou seja, as grandes empresas se utilizando da estrutura das Universidades pra pesquisa científica, focada no Lucro e não focada na emancipação, na discussão de uma sociedade alternativa ao capitalismo e também se utilizando de um sistema de avaliação muito parecido com o do FHC, quase tudo parecido com o do FHC, que era de ranquear as Universidades, e punir com diminuição de investimentos as universidades que tirarem as menores notas

Aparece novamente o embate entre os projetos de Universidade que estão em disputa, ao mesmo tempo em que por comparações dos projetos defendidos por FHC e Lula, sobretudo as similaridades entre os projetos. Isto reflete o posicionamento de nosso entrevistado e também sua

24 Jornalista e mega-empresário falecido, ex-dono da Rede Globo de Televisão (Globo).

forma de inserção na realidade. O sujeito se apropria dos elementos da história conforme seu posicionamento no presente, não sendo um caso peculiar de nosso entrevistado, estes elementos de apropriação devem ser metodologicamente considerados.

De fato, é difícil apontar grandes diferenças nas políticas econômicas de FHC e Lula, e isto acaba se traduzindo nas formas que serão construídas os enfrentamentos contra as políticas de Reforma durante o Governo Lula.

O entrevistado utiliza alguns argumentos genéricos em alguns momentos, quando afirma: “que uma reforma a gente pensa que vai melhorar ... acredito que quando você vai reformar, você vai melhorar as coisas...”, uma apropriação à partir do consenso ou do senso comum de que o Governo Lula apresentaria as mudanças, e é justamente desta perspectiva de mudanças que o entrevistado se apropria.

Na nossa concepção de Universidade, que agente aprendeu a lutar, desde 1998, de Toledo até Rondon, era de que o dinheiro Público tinha que ser investido na Universidade Pública, de que nós éramos contra o Provão, né, tanto do FHC quanto do Lula nesse primeiro momento, **por que pra nós a avaliação tinha que ser uma avaliação construída de baixo pra cima, não de cima pra baixo como foi construída, e com o objetivo de melhorar a qualidade da Universidade**, ou seja, se tiver alguma Universidade ou algum curso pelo país que estiver tirando uma nota baixa, então deveria ser investido mais público pra situação daquela Universidade... (grifos nossos)

Aqui se torna aparente o peso do impacto que teve o processo organizativo durante o período FHC/Lerner para a formação e a experiências de Caju, servindo de marco de aprendizado, inclusive, isto pode nos evidenciar, qualitativamente, alguns elementos importantes para a nossa compreensão do processo.

Essencialmente, o governo Petista não alterou programaticamente os preceitos das reformas Políticas a serem implementados na Universidade com relação aos que tentaram ser implementados pelo governo anterior, FHC/Lerner. A diferença é que o governo passou a ter ao seu lado Entidades que no contexto anterior haviam se posicionado, em alguma medida, contra as mesmas práticas que passaram a apoiar após 2002.

Caju analisou que o mais significativo até aqui, inclusive para a retomada de nossa hipótese inicial, relatando sua experiência com a UNE ao ser questionado sobre o que ou como se alterou os rumos e as características de atuação desta entidade após a Eleição de Lula, qual seja, a hipótese relacionada ao “governismo” da UNE, uma característica discutida anteriormente a partir de uma hipótese mais ampla, que não se restringe a UNE, mas a todas as instituições organizativas, movimentos sociais que contaram com quadros do PT em sua organização, em específico as duas que mais nos interessam, ou seja, UNE e CUT.

Segundo Caju:

Olha, já em 1998, já, digamos, no período anterior à eleição do Governo Lula, já nas lutas ali na Unioeste a UNE não estava presente, a UNE não era a direção no processo. A direção do processo eram estudantes independentes, é... é claro que participavam dos congressos da UNE, mas já passava por fora da direção da UNE. Tinham os militantes na época, em Maringá, do CAS (Construção ao Socialismo) que, em certa medida, deram a direção do processo de lutas, num primeiro momento, e já passava por fora da UNE. A UNE aparecia de vez em quando, mas não estava na direção do processo, e muito rechaço já, a UNE naquele momento, já em 1998 tinha muito rechaço. Eu me lembro dos estudantes que voltaram do congresso da UNE, onde se conformou este bloco da Esquerda que conseguiu, digamos, ter um impacto eleitoral no congresso.... ...os estudantes que voltavam de lá, voltavam muito decepcionados com a entidade já, falavam que não iriam voltar mais pro congresso, que foi uma palhaçada, que parecia torcida organizada e tal, e... bastante frustrados com a entidade (...) Então da pra se dizer que a gente construía uma unidade de ação, mas a UNE já não tava na dianteira das lutas neste processo. As lutas passavam, na Unioeste, naquele momento já por fora da UNE. A UNE aparecia com representante em alguma assembleia, mas na construção da luta cotidiana a UNE já tava fora.

Lembra ainda que "antes do Governo Lula não existia um processo de rompimento com a entidade tão grande" O que em um primeiro momento, acreditamos que isto reforçava ainda mais nossa tese de que a construção de Entidade de oposição à UNE se dá objetivamente no marco de ascensão da Frente Popular com o Governo Petista. Mas os desdobramentos da fala de Caju nos apontam outras possibilidades.

No entanto, não devemos tomar o relato com sendo a verdade absoluta sobre o processo, o que podemos afirmar é que há uma avaliação distinta, por parte do entrevistado, neste relato que nos faz reelaborar nosso leque de possibilidades a partir de algumas reflexões necessárias.

Tendo em vista que greve dos seis meses foi um importante momento, do ponto de vista organizativo, bem como de unidade, mesmo que a contragosto dos trabalhadores, pois se supõe que ninguém almeja "precisar" entrar em greve, isto trouxe para a cena histórica da Universidade certo parâmetro organizativo que se solda ao interesse da UNE. A greve foi, em grande medida, uma amostra da unidade de luta, bem como da força de organização dos setores heterogêneos que se encontram na universidade.

Pois se compreendemos que a UNE teve uma participação de maneira secundária antes do governo Lula mas, com o aprofundamento do processo de institucionalização das Entidades e Movimentos Sociais, a entidade se "aparelhou" a este e passou a disputar a direção de outras organizações importantes, que inclusive demonstraram força no que se refere à resistência aos ataques, o M.E., na Unioeste, foi, também, disputado neste contexto.

Ao mesmo tempo que isso parece contraditório a nossa hipótese, pois houve uma pausa

temporal considerável entre a ruptura política e programática do Movimento Estudantil Rondonense, e também da região, com a UNE para o tempo em que se funda a CONLUTAS. São praticamente 4 anos de 2001, quando se constitui o Bloco de oposição interna à UNE, até o surgimento da CONLUTE em 2005.

Disto se trata as peculiaridades do estudo da História de um processo aberto, sem desfecho aparente. A contradição nem sempre exclui a hipótese, pois, sabendo aproveitar as ferramentas corretas, podemos ampliar nosso leque de possibilidades.

A CONLUTE, segundo Caju, não chegou a se tornar oficialmente uma entidade, isto é, não passou pelos trâmites burocráticos e legais para ser considerada uma entidade. Talvez isto tivesse ligações com a conjuntura contra a institucionalização dos Movimentos Sociais, contra a limitação de atuação dentro da legalidade burguesa ou pode estar ligado a “dificuldades organizativas”, como propõe sua narrativa.

Isto aponta para que esta ruptura não se deu como um fator de resposta objetiva da burocratização da UNE somada ao Governo Lula no poder; este processo se havia iniciado anterior a esta conjuntura, já estava em curso. E neste ponto é que situamos a ampliação de nossa hipótese.

Para tanto é possível perceber que a organização da greve, seu longo período, seu fator organizacional, qualitativo e quantitativo, atraiu o interesse de outra militância, ou seja, a capacidade organizativa e de unidade do ME e sindicatos da Universidade, atraiu a UNE, PT, PC do B, com intuito de canalizar os processos para si ou fazer a manutenção da defesa das reformas propostas pelo governo Petistas.

Claro que há de se considerar que cada sujeito ou grupo envolvidos neste processo tiveram experiências e leituras diferentes sobre o como se desenvolveram e originaram-se estas rupturas, e de qual o papel tático e estratégico que cumprem as novas ferramentas construídas nesta luta, porém esta pausa entre a ruptura e a "reorganização" destes sujeitos em novas entidades representativas precisa ser considerada.

Seria possível, e até mesmo cômodo, concluir que a hipótese que lançamos para construir esta pesquisa estava correta, ou seja, de que objetivamente o Movimento Estudantil da Uniãoeste, ou mesmo Brasileiro, rompe em vistas da construção da nova entidade mas, no entanto, a simples menção desta pausa de 4 anos que se abre entre 2001 e 2005 derrubaria nossa constatação.

Outra parte desta narrativa que contrasta com nossa tese se dá quando Caju aponta sobre o motivo da ruptura com a UNE.

Segundo Caju:

É importante dizer o seguinte, que o rompimento com a UNE não foi por conta do processo de burocratização da direção. A direção... nós enquanto estudantes já localizávamos que existia um processo de degeneração, de burocratização desde 1998, antes de 1998, que quando entrei na Universidade já tinham estudantes que falavam desse processo. A ruptura com a UNE foi um processo objetivo, os estudantes já não queriam mais participar da UNE, os cursos já estavam se organizando através de seus departamentos nacionais, da sua organização nacional (...) E esse processo de fragmentação tava se intensificando. Em 2007 a UNE era expulsa, a direção da UNE era expulsa das manifestações. Eles iam defender o ProUni, eles iam defender o REUNE, defender as parcerias público-privadas, defender despejar dinheiro público na iniciativa privada, e os estudantes expulsavam. Então houve uma necessidade de aglutinar este setor e foi lançada a proposta da ANEL. Por que a CONLUTE não conseguiu, digamos assim, cumprir com essa tarefa histórica naquele momento.

A menção de que esta ruptura é anterior ao que previmos se traduz inclusive quando o entrevistado aponta que "era possível fazer Unidade de Ação em alguns momentos", mas que as "lutas já não passavam pela direção entidade". Ou seja, demonstra a falta de reconhecimento no projeto da entidade, e mesmo seu afastamento orgânico com a mesma.

Ele pondera que apesar desta Unidade de Ação aparecer em alguns momentos, e de que alguns ativistas da UNE participarem de algumas das manifestações, a entidade não utilizava seu aparato para a construção do processo de mobilização, ou seja, segundo a concepção de Caju isso se daria com a ajuda de custo para as despesas das lutas, a ajuda com contingente de ativistas e com a utilização do espaço da entidade para o desenvolvimento desta luta, como se percebe em circunstâncias atuais.

No entanto, no Campus da Unioeste de Marechal Cândido Rondon o DCE estava ligado, em seu estatuto, à UNE. "Oficialmente" aquele diretório esteve ligado à União Nacional dos Estudantes até 2005, e este é outro elemento importante para compreender nosso objeto.

Uma coisa são os Sujeitos, os estudantes, que haviam rompido relações com a UNE, e já não participavam de seus fóruns de discussão, outra coisa era o D.C.E. que estava, em seu estatuto, ligado organicamente à UNE. Ou seja, os estudantes já tinham rompido ou davam indícios de rompimento, desde 2001 pelo menos, no entanto a ligação do DCE com a UNE, ao menos no estatuto, permaneceu por 4 anos sem alteração.

Isto requer atenção em nossa investigação para que saibamos diferenciar, portanto, a entidade DCE dos sujeitos que compunham seu espaço político. Nossa hipótese inicial se propôs a compreender a atuação dos estudantes, e não da entidade, enquanto organismo burocrático, neste processo. No entanto queremos ressaltar como este rompimento produz relatos diferentes dos sujeitos que o construíram.

Sobre este desligamento nossas três fontes orais podem apresentar relatos, cada qual

segundo sua perspectiva, que apontam como foi o processo.

Primeiro é preciso ressaltar que cada um de nossos entrevistados ingressou em um período diferente na Universidade, e isto tem um peso considerável na maneira em como atuaram e compreenderam cada processo, como se relacionaram com os elementos do contexto e qual sua relação com nosso objeto.

Algumas diferenças essenciais para compreender o processo relatado por estes sujeitos devem ser avaliados. Esta diferença entre o período de ingresso na Universidade, somado à questão de que nenhum deles tinha tido contato com o movimento estudantil de maneira orgânica antes de seu ingresso na Unioeste, sobretudo no que condiz ao contexto e conjuntura deste ingresso, é elementar pra compreender as diferenças de como estes sujeitos sentiram e se relacionaram com o mesmo processo.

Manoel, nosso segundo entrevistado, relatou que seu ingresso na Unioeste foi em 2004, período em que já havia certo acúmulo de discussões, por parte do Movimento Estudantil, em relação ao papel que cumpria a UNE e a possibilidade de construção de uma nova Entidade, mesmo que esta fosse apenas um projeto em construção naquele momento.

Sobre sua experiência, anterior ao ingresso no Movimento Estudantil da UNIOESTE, foi por conta de sua irmã, segundo ele que,

(...) eu via muito mais a questão do Movimento Estudantil por conta da minha irmã, que na época ela militava na UJS, e eu já ficava enlouquecido por que ela chagava pra mim e pedia: você quer ganhar uma carteirinha da UNE? eu falava, mais por que? ela: por que eu consigo de graça. Eu não entendia muito bem, mas falava, não quero né, acho sacanagem (...)

Seu relato está permeado da relação de inversão do passado e presente, assim podemos ver, por exemplo que esta discussão iniciada sobre seus primeiros contatos com a UNE e o Movimento Estudantil, de maneira geral, se conclui com uma reflexão política, concluindo que uso do “monopólio das carteirinhas da UNE já vem desde este período”, se referindo à cobrança de meia entrada na festa do município em sua cidade natal.

Nesta época, relata ter tido contato com frases de Marx através de músicas do Legião Urbana, Plebe Rude, Ira, e com algumas obras indicadas por sua irmã. Segundo ele "(...) era tudo meio misturado, a vontade de tocar, e a gente ouvia esse tipo de musica, a compreensão de que o mundo, de fato, precisava mudar e acreditava na possibilidade, mas não sabia como, de que jeito (...)"

Quer dizer, o entrevistado constrói a sua memória, conforme ela faz mais sentido à sua vida no presente. Fazendo um trabalho de reflexão, e articulando elementos que fazem sentido para

a sua experiência de vida.

Assim como o primeiro entrevistado, Manoel afirma ter tido profundas dificuldades financeiras para se manter na Universidade, chegando ao Paraná contou com seu seguro desemprego, já que havia trabalhado até então, e algum dinheiro oriundo de seus pais, para garantir sua permanência na UNIOESTE.

Entre os elementos que o fizeram começar a participar do Movimento Estudantil estão a “falta de estrutura e a precariedade” que se encontrava na Universidade. Segundo ele, “a necessidade de mudar de casa”, o que lhe levou a ter contato com Caju (e outros membros do Movimento Estudantil), que lhe indicou a República Livre, uma casa de estudantes, onde segundo ele todos eram militantes ali, e "todos tinham uma característica particular, eram estudantes de história que ralavam muito pra poder fazer o curso."

Neste sentido, o relato de Manoel aponta que estes elementos o levaram a refletir a necessidade de lutar pelos seus direitos, cristalizados na bandeira de *Assistência Estudantil*.

(...) retomando o que eu tava dizendo, a falta de Assistência Estudantil foi um dos motivos que me levou a participar do Movimento. E ai começou todos os debates, e ai, quem que luta por isso? quem não luta por isso? quem ta disposto a negociar? quem ta disposto a construir a luta concreta? **e ai agente começa a fazer uma experiência concreta. Com o próprio Movimento Estudantil que já existia na UNIOESTE, extremamente combativo**, mas ao mesmo tempo, a nível Estadual e a nível Nacional, também encontrar as possibilidades de organização coletiva, por que o projeto de Assistência Estudantil não era só um projeto da UNIOESTE, devia ser de todas (...) (grifos nossos)

Aqui Manoel faz sua caracterização sobre o M.E. da UNIOESTE de Marechal Cândido Rondon, e constrói sua memória dicotomizando a atuação em torno da bandeira de Assistência Estudantil. A maneira com que caracteriza o movimento, lhe serve de base para explicitar o caráter do projeto a que defendia, e o caráter de atuação a que aspirava, em alguma medida, ao mesmo tempo que justifica a articulação deste com as organizações Estaduais e Nacionais do M.E.

Quer dizer, o questionamento de “quem que luta por isso? quem não luta por isso? quem ta disposto a negociar? quem ta disposto a construir a luta concreta?” ao passo que constrói a caracterização de um movimento “extremamente combativo”, se propõe um referencial para explicar, isto é, justificar elementos contextuais, como a inserção do M.E. da UNIOESTE no contexto de lutas travadas Nacionalmente.

Isto tem importância no que condiz à caracterização deste indivíduo para a compreensão de sua inserção em relação ao nosso objeto.

Segundo ele, a ponte para o desenvolvimento de suas experiências políticas foi justamente

este processo, que o levou a ter uma participação orgânica ligada ao Movimento Estudantil, diz que ao "conhecer mais profundamente o Movimento, e ai muitos questionamentos começaram a surgir... já conhecia a UNE e a UJS por conta da experiência com a minha irmã, só que ai só fui comprovando, e ai fui entendendo mais a fundo a sua participação neste processo".

Quer dizer, sua inserção no M.E. ocorreu num momento em que as experiências com o Governo Petista já acumulavam mais de um ano. Neste sentido apontamos que existe uma diferença considerável em como ele se refere a este contexto, em sua narrativa.

Discutiremos estas diferenças mais à frente, antes disso vou apresentar o terceiro entrevistado, e aproveitar o tema para apontar novamente que seu nível de experiências com o Movimento Estudantil, seu contexto de inserção, e sua relação com a conjuntura de Governo Petista e com relação à UNE, trazem elementos de peculiaridade, que vão ser presentes em todos os sujeitos entrevistados.

João²⁵ é nosso terceiro entrevistado, de maneira geral, seu relato não busca com tanta nitidez, como os demais entrevistados, uma perspectiva de politização deste passado delineando com "precisão" os elementos relacionados ao contexto. De certa forma, os processos parecem soar mais naturalizados em seu relato, como quem responde a alguém que saberia exatamente do que ele está falando.

Ainda no contexto do Ensino Médio, João relata seu primeiro contato com o M.E. e, neste contato, seu primeiro contato com a UNE, segundo ele "Eu e um pessoal estávamos vendo umas assinaturas porque a diretora na queria o grêmio e ela era uma ditadura. Veio um pessoal da Une atrás da gente, não sei como eles souberam mas chamaram a gente pra uma reunião".

Neste sentido ele faz menção continua, em seu relato, sobre a primeira experiência com a UNE relatando "eu e meu amigo Carlão fomos e eles (a UNE) começaram a enrolar, e a falar e a falar, no final eu e meu amigo vimos q eles não queria confusão coma Sueli (a diretora)e ai saímos fora".

Mais à frente ele volta a falar desta experiência com a UNE, quando questionado sobre sua relação com a mesma, já dentro do espaço da UNIOESTE."Foi no meu primeiro ano da faculdade. Já sabia que a une era fajuta, por causa do que aconteceu aqui em Foz no grêmio, e depois já n acreditava mais no lula, e a CUT era lula, a UNE era lula, então me convenci assim".

Isto revela outra situação de inversão do passado-presente em que o sujeito se utiliza de sua experiência acumulada no presente, para resignificar seu objeto no passado. Sua perspectiva política e seu convencimento do presente o levam a reconstruir a memória de seu passado, segundo

25 João, 27anos, entrevista realizada por Julius H. H. Daltoé em 10-10-2013.

aquilo que lhe faz sentido na composição de sua trajetória.

Isso é, existe a possibilidade de que João tenha reconstruído sua leitura sobre sua experiência com a UNE no colégio à partir de sua experiência acumulada no presente, deixando transparecer em outros pontos de sua narrativa, até mesmo um sentido de naturalização, uma certa displicência com relação a estes elementos, como quem sabe, ou acredita, que isto está consolidado socialmente no presente.

O ingresso de João na UNIOESTE se deu em 2005, aos seus dezenove anos, também no curso de História. Neste sentido relata "Acho q no segundo ano do ensino médio me decidi em fazer história. Era a matéria q eu mais gostava. Mesmo não gostando muito da aula dos meus professores na época. Não entendia nada na verdade, sobre o que era ser professor, mesmo minha mãe sendo professora." Segundo João "teria que fazer alguma coisa da minha vida" já que seus amigos "estavam entrando em coisas erradas e decidi fazer outra coisa."

Para que pudesse se mudar para a cidade de Marechal Cândido Rondon, João, segundo seu relato, vendeu algumas coisas e recebeu ajuda de sua mãe. Quando chegou na cidade "Não conhecia ninguém. Era novato e n sabia das coisas". Neste contexto ele relata que "uns veteranos, acho que no primeiro mês de aula, vieram e falaram que o CAH ia tirar o mestrado de História, não sabia o que tava acontecendo mas eu fui ver o que era".

Não é nossa intenção investigar este processo específico com relação à esta questão do Mestrado de História, o que queremos, contanto, é identificar os elementos que o levaram a se juntar ao Movimento Estudantil. Neste sentido, João aponta que, após este processo de disputa em torno da questão do mestrado de História, passou a manter contato com vários membros do M.E., o grupo ao qual faziam parte nossos primeiros entrevistados, entre outros, e explicitando este laço relatando que "Vi que tava do lado errado, tava sendo manipulado e foi assim que entrei no movimento estudantil. O Manoel, o Caju e o José²⁶ eram muito inteligentes e eu confiava neles."

João é muito pontual quanto a este processo, não dando tanta margem a uma análise mais profunda de sua relação com os integrantes envolvidos neste processo. De maneira geral, podemos apontar que passou a existir um nível de reconhecimento dele para com os membros do M.E. por conta dos processos de luta internos ao seu Curso, já que esta luta apontada tinha relação com o Centro Acadêmico de História (C.A.H.). Mais do que isso, pode-se dizer que a experiência de luta, referenciada no debate político, selou laços de confiança entre ambos.

Quando questionado com sua relação para com a UNE, e quais são suas memórias sobre o contexto da ruptura do DCE da UNIOESTE de Marechal Cândido Rondon com a UNE, sua

26 Utilizamos um Pseudônimo para não identificar este sujeito que também fez parte do M.E., no entanto não foi possível entrevistá-lo.

narrativa descreve breve e pontualmente o processo, deve se ressaltar que este era seu primeiro ano na Universidade.

Segundo João

Foi no meu primeiro ano da faculdade. Já sabia que a une era fajuta, por causa do que aconteceu aqui em Foz no grêmio, e depois já não acreditava mais no Lula, e a CUT era Lula, a Une era Lula, então me convenci assim. Lembro que o **Caju** o **José** e o **Manoel** fizeram umas falas muito boas e convenceram todo mundo que a Une não era o caminho, uma ótima assembleia. Acho que só umas duas pessoas votaram contra a saída da Une, o resto, umas cem pessoas, eu acho, levantou a mãos e saímos da Une. Na assembleia também decidimos entrar na CONLUTE que estava sendo fundada, junto com a CONLUTAS, foi reorganizado o movimento de luta no país naquele momento. Me sinto orgulhoso de ter levantado minha mão e ajudado a construir a CONLUTAS.

João nos ajuda a compreender esta relação que apresentamos ao ampliar nossa hipótese anteriormente, com relação a discussão sobre a ruptura com Une, não girava apenas em torno do Governo Petista, e a burocratização do PT; mas no que condiz às contradições geradas durante este processo, ou seja, a institucionalização e a mudança de rumos de boa parte dos Movimentos Sociais.

Isto é, uma conjunção de fatores, que não são homogêneos nem mesmo aos entrevistados, urgiu na possibilidade de constituição desta ruptura. Ele reflete novamente esta perspectiva logo à frente em seu relato.

Acho que a primeira coisa que influenciou a mim foi a minha mãe. Ela participou da greve dos professores em 1988 e tava no dia que os cavalos passaram por cima dos professores em Curitiba. Também entrou em greve aqui em Foz contra o prefeito Daijo, um japonês do PDT, eu acho. Isso mudou muito minha cabeça na época, ele parou de pagar os salários e cortaram a luz lá de casa. Foi feio a coisa. Ele era o inimigo na época. **Depois vi que era o Lula, que fazia o jogo do FHC e do Collor, e na faculdade vi que quem sustentava esse governo era a UNE e a CUT.** Na faculdade faltava tudo, não tinha em papel higiênico, e depois fiquei sabendo q em tínhamos o direito a uma biblioteca boa, a nossa era uma porcaria na época, uma cantina, R.U., a casa de estudante e nós não tínhamos nada disso. Ai revoltei. Depois quase não tínhamos professores, ficamos sem Historia Antiga quase ate o final do primeiro ano, e os professore falaram q o salário deles era ruim. Não tinha funcionários e nem nada. A culpa é do governo, e aposto que ainda esta do mesmo jeito a situação.

Avaliamos que o entrevistado faz uma reflexão em torno de alguns elementos comuns nas leituras dos sujeitos que participaram do M.E. neste contexto. Sobretudo no que condiz a traçar esta linha de assimilação entre os projetos do Governo Petista com relação às políticas defendidas por

FHC no contexto das lutas diretas contra o Neoliberalismo.

São apresentados outros elementos na análise do entrevistado, que ajudam a compreender a importância que os sujeitos envolvidos no processo atribuem à atuação das entidades e Movimentos Sociais que defendem o Governo Petista. Na prática, estas narrativas produzem a reflexão destes sujeitos de um mesmo processo histórico, vivido coletivamente, a partir de suas experiências, se traduzindo na heterogeneidade de suas Memórias sobre o mesmo objeto, o mesmo processo histórico.

Isto se revela até mesmo na interpretação que o entrevistado faz da entrevista, isto é, do entrevistador e das perguntas, incluindo o significado que ele atribui a estas. No entanto, o que objetivamos com esta perspectiva não é eleger qual destes sujeitos produz o "melhor" relato, como dissemos anteriormente. Nosso objetivo contanto é explicitar estas diferenças, apontando que, portanto, não há uma memória consolidada sobre este processo. O que há são Memórias.

O ponto máximo, com relação ao nosso objeto, desta distinção entre as memórias se encontra justamente no significado que estes sujeitos atribuem ao processo de ruptura do D.C.E. com a UNE. Neste ponto os significados atribuídos ao processo revelam a heterogeneidade das experiências, ao passo que o que se lança a necessidade de ampliação de nosso foco de nossa hipótese para com o objeto.

Enquanto Caju refletiu sobre todo o processo de construção até o processo de ruptura e construção de uma nova entidade, com um uma narrativa mais factual, sem excluir sua subjetividade e experiências inerente ao sujeito, avalio, na reconstrução da memória deste processo; reconstruindo detalhadamente os processos vividos, no sentido de, em algum grau, legitimar esta construção.

Não significa de modo algum que estamos deslegitimando ou questionando a "veracidade" de sua memória. É válido lembrar que o contexto temporal da inserção deste sujeito no M.E. colabora para a amplitude de associação dos contextos políticos em sua reflexão.

Manoel reflete o processo a partir das contradições que já estavam consolidadas, isto é, sua memória sobre o processo se situa exatamente no limite de suas experiências, teóricas e práticas, no contexto espaço temporal em que este sujeito se insere. Na prática, significa dizer, que os aspectos peculiares do Movimento Estudantil, como sua rotatividade, são importantes para compreender a Memória dos sujeitos.

Isto se torna mais claro quando analisamos a reflexão de João, que se situa, temporalmente, num contexto onde as contradições do Petismo já estão consolidadas, onde as contradições da UNE também já estão consolidadas, e onde a organização do M.E. de Marechal Cândido Rondon já está, relativamente, consolidada.

Esta influencia sua reflexão sobre o processo, ao passo que é possível perceber, por exemplo, um sentido de naturalização, em sua reflexão, destes elementos relacionados ao contexto; a ruptura institucionalização com a UNE, também com a CUT, as práticas do Petismo, mas que não foram restritas ao PT e se ligaram a um contexto mais amplo que se refere à precarização do trabalho docente, e a própria construção de uma alternativa a estas entidades, referente a organização da CONLUTE/CONLUTAS.

Em outras palavras, salientamos é que o nível das relações e o grau da experiências destes sujeitos do M.E., quantitativa e qualitativamente, com relação ao Petismo e a UNE, vai refletir em suas narrativas a importância, qualitativa e quantitativa, que estes sujeitos apregoam às relações políticas pelas quais passaram, entre elas a que se refere ao nosso objeto: a ruptura com UNE e a construção de uma alternativa à época.

Mais ainda, isto não necessariamente traz uma contradição, ou a perspectiva de que há uma versão "verdadeira" ou "falsa", "válida" ou "inválida", "boa" ou "ruim" desta História. O que queremos é investigar o "vivido conforme concebido por quem viveu", mas não no sentido de eleger uma fala "autorizada" sobre o processo e sim a perspectiva dos "de baixo" (ALBERTI, 1990, p.5).

Nesta perspectiva, as memórias dos sujeitos não constituem, ou legitimam, o "fato histórico", mas nos ajudam a compreender o comportamento, ação e reflexão, dos sujeitos com relação ao processo de construção de tal fato.

CONCLUSÃO

A conjuntura em que está inserido o contexto de nosso objeto de pesquisa foi, de fato, complexa. Nela estão presentes diversos elementos que se articulam de maneira heterogênea e que de maneira geral se deu como um processo ainda não consolidado, isto é, um campo de disputas ainda em aberto.

A trajetória do PT é até hoje fruto das mais diversas investigações problemáticas, sendo que uma delas é a reflexão sobre o seu caráter político, o que perpassa a necessidade de um estudo também em relação ao seu processo de desenvolvimento.

Neste sentido, sua trajetória indica um quadro intenso de transformações políticas relativos ao seu programa e também em seu modo de atuação na realidade, que vai abandonando cada vez mais a perspectiva de mudança radical da sociedade através da ação direta para se consolidar em uma política de canalização da disputa política sob os limites do interesse eleitoral que vão se acentuar após a eleição de 2002.

Deste modo o partido passa a substituir as decisões de suas bases sociais pelas políticas defendidas por suas direções. A este processo, que podemos caracterizar um “transformismo do PT”, como discutido por Coelho, há uma inversão de valores orgânicos para com as entidades ligadas à base de apoio do partido. Isto é, na prática há uma inversão na relação com a base, em que o governo PT passa a se utilizar desta enquanto parte de suas ferramentas para a deliberação de encaminhamentos políticos.

Sua característica ambígua, no que concerne ao caráter policlassista da frente popular, vai ter um peso significativo sobre sua trajetória de governo e, em que consiste compreender o partido segundo suas ações e não segundo sua reflexão sobre si mesmo, como discutido por Arcary, devemos ressaltar que esta relação vai pender mais para um lado do que para o outro. Quer dizer, na disputa pela hegemonia política da frente popular, houve uma propensão maior a um setor em detrimento do outro, dado o caráter essencialmente antagônico da natureza destes setores, extratos da classe trabalhadora e da burguesia.

O que podemos constatar disto é que, apesar do apoio popular que possuía o PT, no desenvolvimento orgânico do Partido dos Trabalhadores, houve uma intensificação de atrelamento com setores do empresariado. Não estamos falando apenas de empresários nacionais, mas sim de um atrelamento ainda mais profundo, contando com multinacionais e bancos privados estrangeiros que se plasmou, no que se refere ao nosso objeto de investigação, com a proposta de Reforma Universitária durante o governo Lula.

Este atrelamento vai se traduziu no caráter das reformas defendidas pelo governo do Petista, reformas estas que se chocaram com as expectativas almejadas pelos setores da classe trabalhadora que participaram da organização da ação contra os projetos neoliberais do governo FHC e, posteriormente, Lula.

O Petismo se utilizou, em alguma medida, desta expectativa para legitimar sua atuação com relação à institucionalização dos movimentos sociais. Este processo de institucionalização tem um peso significativo neste processo que analisamos. Sem esta compreensão provavelmente não seria possível contextualizar as reflexões críticas dos sujeitos envolvidos no processo de construção de uma alternativa a estas políticas.

No contexto que buscamos compreender, este processo de institucionalização se manifestou enquanto uma peça chave para que pudéssemos aprofundar a análise e ampliar nossa hipótese sobre o nosso objeto. Neste sentido, esta necessidade se tornou concreta a partir da análise das narrativas de nossos sujeitos entrevistados.

Estas narrativas refletem um processo que não possui um desfecho, como já dissemos, e neste sentido é experimentado e refletido por "gerações" de sujeitos que se envolvem com o movimento estudantil, relativo à dinâmica deste movimento, elemento este que tem sua influência sobre o caráter organizativo deste coletivo.

As contradições, o caráter heterogêneo, entre as narrativas nos implicou em perceber que deveríamos aprofundar a investigação à cerca de outros elementos presentes, e recorrentes, nas reflexões dos sujeitos, para que pudéssemos expandir nosso leque de possibilidades, no intuito de não encerrarmos nossa investigação ao nos depararmos com possíveis "lacunas" em nossa hipótese inicial.

Apontamos que é preciso acentuar que o processo de construção deste movimento tem origem anterior ao Governo Lula, e que se estende durante este governo. Neste sentido identificamos que as experiências dos sujeitos para com este processo de construção vão ser peculiares, também devido ao grau de experiências práticas e acúmulo teórico dos sujeitos envolvidos com os diversos elementos deste processo.

Para tanto, isto é, no que concerne compreender a construção teórica deste movimento, gostaríamos de ressaltar que as experiências com a "greve dos seis meses" durante o contexto do governo Lerner, na conjuntura da luta contra o Neoliberalismo, tem um papel significativo nesta tarefa. Este momento de greve se constituiu num importante marco organizatório dos setores da Universidade, sobretudo no que condiz ao movimento estudantil. Deste processo se consolidaram as perspectivas adotadas pelo movimento estudantil em sua leitura e atuação política.

As discussões sobre o caráter das mudanças de perspectiva do termo de Autonomia

Universitária foram um terreno fértil para a formulação do Universidade e de Reforma Universitária almejada por estes setores, até mesmo por contraposição de ideias dentro de uma perspectiva ideologicamente opostas, obviamente.

Mais ainda, a dimensão organizacional, qualitativa e quantitativa deste processo, despertou os interesses, após a eleição do PT, das entidades ligadas à base deste governo, a mais importante, dessas, para nossa compreensão, a UNE. É possível traduzir esta reflexão apontando para o fato de que a UNE reaparece nas disputas das entidades representativas, sobretudo do DCE da UNIOESTE, se intensificando à partir de 2007 e 2008.

Compreendendo este fato, e compreendendo que nossa hipótese inicial não daria conta de compreender a complexidade com que se articulavam os elementos políticos deste contexto, optamos por ampliar o nosso foco de investigação.

Em certa medida, as próprias narrativas nos fizeram perceber esta necessidade de ampliação e, em outros aspectos, a análise da correlação de forças expressas nas relações entre os sujeitos envolvidos no processo nos fizeram atentar para o fato de nossa hipótese não estar errada, mas sim, estar focada em certos elementos em detrimento de outros.

Isto é, nossa hipótese inicial atentava para a possibilidade de existir um rompimento do M.E. em uma relação de resposta objetiva a entrada do PT no governo, o que faz sentido na realidade, no entanto apenas este elemento não se provou suficiente para compreender esta complexidade das relações inseridas no contexto da ruptura.

Neste sentido, nos orientamos a aprofundar o foco de investigação também no que consiste ao caráter geral da participação destas entidades ligadas à base de apoio do Governo Lula, sobretudo a UNE.

As narrativas sobre este elemento foram construídas das mais variadas formas e se tornou perceptível, também, uma diferença qualitativa na reflexão dos sujeitos sobre tais objetos. Quer dizer, aparentemente quanto mais a situação "degenerativa" destes organismos se consolidou, mais se tornou orgânica a necessidade de se contrapor a esta perspectiva, mais "naturalizada" se tornou esta relação de contraposição para os sujeitos que a constroem. Nada é natural, do ponto de vista histórico.

Neste sentido, não podemos deixar de relativizar a importância que tem o acúmulo de experiências, práticas e teóricas, dos sujeitos que protagonizaram este processo. Contudo, sua experiência, não pode ser considerada como um elemento de determinação de verdades, mas deve ser analisada enquanto um fruto de sua reflexão, de reconstrução da história segundo a maneira em que viveu, num processo de seleção sistemática da memória segundo seus interesses cristalizados no presente.

Desta maneira, retomando a discussão sobre a peculiaridade dos processos sem desfecho consolidado, gostaríamos de articular a heterogeneidade da reflexão destes sujeitos, ressaltando ainda sua inserção dentro da dinâmica rotativa do movimento estudantil, para compreender que o que obtivemos, portanto, não se traduz enquanto uma leitura acabada deste processo, mais uma reflexão que tende a perecer ou se ampliar conforme os elementos correlatos a este desfecho se desenvolverem na realidade.

Portanto, podemos afirmar que o processo de rupturas do M.E. com a UNE, e o processo de construção de uma entidade alternativa aos organismos da base de apoio do governo Lula, perpassa a questão essencial, segundo aponta nossa hipótese inicial, da relação objetiva com a entrada do PT no governo, e, por outro lado, a aproximação do M.E. na Uniãoeste de Marechal Cândido Rondon com o binômio CONLUTAS/CONLUTE.

No entanto, esta entrada alterou significativamente as perspectivas de atuação dessas entidades ligadas à base de apoio do governo, e esta alteração também deve ser compreendida nesta reflexão, pois como podemos concluir, é justamente a necessidade de que não se fossem canalizadas os processos organizativos para dentro destes organismos governistas que constituiu a possibilidade de consolidação da construção de uma contraposição, política e orgânica, ao programa e método defendido por seus antagonistas.

Ou seja, na prática, a partir da análise programática e orgânico-metodológica destas entidades alternativas construídas durante este processo de ruptura, se constitui enquanto uma contraposição programática ao governo petista, em relação ao projeto de Reforma e o modelo de Universidade defendidos, e uma contraposição orgânica, e metodológica, ao modo que se organiza e encaminham as políticas da UNE. Processo, este, ainda inconcluso.

REFERÊNCIAS

FONTES:

IMPrensa

O PRESENTE. "Estudantes conquistam fim de taxas da Unioeste". Marechal Cândido Rondon, 04 de Agosto de 2007, p. 13

ORAIS

João (pseudônimo). **Entrevista concedida a Julius Hericky Hafemann Daltoé.** Foz do Iguaçu, 05 de outubro de 2013

Manoel (pseudônimo). **Entrevista concedida a Julius Hericky Hafemann Daltoé.** Cascavel, 05 de outubro de 2013

Caju (pseudônimo). **Entrevista concedida a Julius Hericky Hafemann Daltoé.** Cascavel, 05 de outubro de 2013

SITES

<http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2854>

<<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/economia.pdf>>

<<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/democracia.pdf>>

<http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2854>

<<http://www.implicante.org/noticias/tcu-investiga-convenios-da-une-com-o-governo-federal/>>

<<http://marxists.org/portugues/trotsky/1938/programa/cap01.htm#1>>

<<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/01/falencia.htm>>

<<http://www.youtube.com/watch?v=wP3wAlsYF1s>>

BIBLIOGRAFIA:

ALBERTI, Verena - **A Identidade No Processo De Criação Literária:** Autobiografia E Ficção Em Dois Casos Da Literatura Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1988

ALBERTI, Verena - **O Que Documenta A Fonte Oral?:** Possibilidades para além da construção do passado. CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 1996

ARCARY, Valério – **As Esquinas Perigosas Da História:** Um Estudo Sobre A História Dos Conceitos De Época, Situação E Crise Revolucionária No Debate Marxista. (Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, na área de concentração de História Social, junto à linha de pesquisa das representações políticas para a obtenção do título de doutor em História.) São Paulo. 2000

ARCARY, Valério. **Um Reformismo quase sem reformas:** Uma Crítica Marxista do governo Lula em defesa da Revolução Brasileira. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011; 1º Edição;

CANARY, Henrique. **O Que É...:** Conceitos fundamentais de política, economia e sociedade. São Paulo: Editora José Luiz e Rosa Sunderman, 2012

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábua rasa do passado?** São Paulo: Ática, 1995

COELHO, Eurelino. **Uma Esquerda Para O Capital** - Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). (Tese apresentada ao Programa de

Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do grau de Doutor em História, sob a orientação da Professora Doutora Virgínia Fontes.) 2005

CASTAGNA, Evandro. **A Greve Das Iees Do Paraná Em 2001/2002:** contexto e construção do movimento grevista na Uniãoeste. Marechal Cândido Rondon, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História Do Tempo Presente:** Desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FREITAS, Clara, *Et Al.* **O PAC:** Um Aprofundamento Do Modelo Neoliberal Ou Um Modelo Desenvolvimentista – Notas Para Debate. *Extraído de* <http://locuss.org/joomlalocuss/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=55&Itemid=36>, (acessado em 22/11/2012)

GARCYA, Ciro, **Partido Dos Trabalhadores:** Da Ruptura Com A Lógica Da Diferença À Sustentação Da Ordem, tese apresentada ao programa de pós-graduação em história da universidade federal fluminense como requisito para a obtenção do grau de doutor em história, sob a orientação do professor doutor Marcelo Badaró Mattos. Niterói, 2008.

GUIMARÃES, Mário Costa de Paiva Júnior e ALVES, Stênio Eduardo de Sousa - **O surgimento da CONLUTAS no processo de organização do movimento dos trabalhadores no Brasil a partir de 2004**, *In:* anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN: 2177-9503 Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL

HERNÁNDEZ, Martin. **O Veredicto Da História:** Rússia, China e Cuba da Revolução Socialista à restauração do capitalismo.

LENIN, Vladimir Ilytch., **O Oportunismo E A Falência Da II Internacional**, Janeiro de 1916.

_____. **O Estado E A Revolução** (1917). In. LENIN V. I. Obras escolhidas, São Paulo: Editora Alfa-Ômega 1980

_____. Imperialismo, Etapa superior do capitalismo, São Paulo:

Global, 1979

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio De História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PETRAS, James. **Armadilha Neoliberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e Significado na História Oral**: A pesquisa como um experimento em igualdade. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História e do Dpto.de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo: Educ Ed, Ed.14, 1997.

REIS, Luiz Fernando. **Termo De Autonomia**: estratégia de desobrigação do Estado quanto ao financiamento integral do ensino superior no Paraná, In: **Estado E Políticas Sociais No Brasil**, 2001. Editora e Gráfica Universitária - EDUNIOESTE.

SILVA, Antonio Osai da. **História Das Tendências No Brasil**: Origens, Cisões e Propostas. Proposta Editorial, 2º Edição (revisada e ampliada)

.SILVA, Carla L., CALIL, Gilberto, **O Banco Mundial e os ataques à Universidade Pública**, In: Jornal FRONTEIRAS, Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação da América Latina – CEPEDAL/UNIOESTE – Campus de Marechal C. Rondon, ano III (Especial Autonomia), outubro de 1999.

SOUZA, Antonia de Abreu **O Conceito Gramsciano De “REVOLUÇÃO Passiva” E O Estado Brasileiro**. 2010, Artigo Extraído de http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume3/conceito_gramsciano.pdf > (Acessado em 04/08/2013)

TROTSKY, Leon, **O Programa De Transição**, Périgny (França), 3 de setembro de 1938.

ANEXO

'Fora a Minustah e abaixo o exército macoute que o novo governo está construindo'

HAITI

Escrito por PSTU - Brasil

Qua, 23 de Novembro de 2011 18:07

Sindicalista denuncia o verdadeiro papel das tropas de ocupação no país e a volta do duvalierismo sob o novo governo

Um ano após as conturbadas eleições que deram a vitória ao atual presidente do país, Michel Martelly, pouca coisa mudou no país ocupado pelas tropas da ONU há sete anos. Fica cada vez mais claro o plano do imperialismo de transformar o país num mero depósito de mão-de-obra barata às multinacionais. O novo governo, por sua vez, vai assumindo feições cada vez mais autoritárias, com o aumento da influência do ex-ditador Jean-Claude Duvalier (Baby Doc) e a criação de brigadas paramilitares, reeditando os 'tonton macoute' (temíveis milícias paramilitares que serviram à ditadura Papa Doc e seu filho, Baby Doc, entre os anos de 1959 a 1986).

O **Portal do PSTU** conversou com o Didier Dominique, dirigente da central sindical Batay Ouvriye (Batalha Operária), que falou sobre os desafios colocados por essa nova situação no Haiti.

Portal do PSTU - O que mudou no Haiti com a eleição do novo presidente

As eleições foram marcadas por corrupção e fraude por todos os lados. Teve urnas destruídas, gente que entrou armada nos locais de votação. No entanto, o imperialismo preferia um governo e um Estado globalmente mais eficazes para que os investidores pudessem explorar melhor a mão-de-obra haitiana. Então, por meio de uma comissão da OEA [Organização dos Estados Americanos], que fez um cálculo que ninguém entende, disseram que a candidatura de Jude Celestin (candidato do ex-presidente Préval) não estaria no segundo turno. Assim, nas eleições os candidatos Mirlande Manigat e Michel Martelly foram para a disputa. Ou seja, o que vimos foi outra fraude.

É preciso dizer também que a participação foi muito fraca, com só 25% do eleitorado em cada um dos turnos. E Martelly ganha no segundo turno com 67%, um índice semelhante à eleição de [Jean Bertrand] Aristides. Mas na época em que Aristides foi eleito cerca de 80% dos eleitores foram votar. Com Martelly foram apenas 25%. Ou seja, não existe essa história de que o atual presidente conta com a maioria do apoio da população.

Por outro lado, a eleição de Michael Martelly significa um rechaço aos políticos tradicionais. Martelly que é um cantor muito popular, muito provocador, surge como candidato perfeito para esse rechaço. Mas, apesar de não ficar muito claro nas eleições, Martelly é de ultradireita. Foi um jovem 'macout' de Duvalier, que entrou no Exército antes de se tornar artista. No golpe de Estado contra Aristides, em 1991, o chefe do Exército fazia a articulação do campo golpista. Mas quem fazia o trabalho sujo, a matança de 5 mil ativistas do movimento popular, é o Coronel Michel François, chefe da polícia, que depois do massacre se autodenominou "Sweet Mickey". Pois então, Martelly adotou esse apelido como seu nome artístico. Ou seja, recorre a um nome de um sádico criminoso e, na prática, apóia o massacre e o golpe de Estado.

Agora o que vemos é um 'neodualierismo'. Claro, disfarçado de "mudança" e "renovação". Hoje, por exemplo, o primeiro-ministro Garry Conille, é filho de um macout duvalierista. Um dos filhos de Duvalier está trabalhando no gabinete de Martelly. Seu governo aplica os mesmos métodos de Duvalier, ou seja, a força e a ditadura. Por exemplo, no campo os duvalieristas voltam a recuperar as suas terras. E, agora, com a polícia e a Minustah, os latifundiários de antes voltam a fazer uma contrarreforma agrária. A Minustah dá apoio ao desalojamento dos camponeses de suas terras, onde estão desde 1986 (após queda de Baby Doc). Muitos ativistas da Batay Ouvriye então neste enfrentamento no campo. Quando a Minustah sai, deixa para trás alguns "gerentes", "guardiões",

peessoas armadas fazendo a segurança.

Como o governo está montando as suas brigadas nas cidades?

Nas cidades o conflito maior se localiza nas fábricas do setor têxtil. O sindicato dos trabalhadores do setor está sendo atacado. Alguns burgueses, empresários, estão dizendo “fora qualquer atividade sindical”. Supostamente, a atividade sindical está protegida pelo Código Nacional de Trabalho e pela Constituição. Mas, de maneira descarada, os burgueses sentem extrema confiança para atacar os trabalhadores. Isso reflete outro aspecto do retorno do duvalierismo. A isso se soma a repressão às manifestações, contra a distribuição de panfletos. Quando distribuimos panfletos para protestar fomos recebidos por policiais encapuzados que atiraram bala de borracha. Além disso, está se organizando o exército duvalierista, com os comandantes de antes, e também com a base de Martelly. É um exército ‘macout’ concretamente. Paralelamente está se organizando o SIN (Serviço Secreto Nacional) para controlar os bairros populares etc. O coração da coisa toda é a organização de um projeto imperialista de exploração. Paga-se R\$ 4 por dia, R\$ 80 ao mês como salário aos trabalhadores. Os operários não comem ao meio dia para poderem levar alguma coisa para casa. É uma situação muito difícil para os trabalhadores. Esse é o Plano [Bill] Clinton que, mesmo antes do terremoto, trouxe ao país 150 investidores estrangeiros, 12 deles brasileiros. O plano é investir no Haiti e explorar a mão-de-obra mais barata das Américas criando 40 Zonas Francas para explorar uma mão-de-obra controlada e reprimida como escravos. Se antes os governos populistas não tinham como orientação reprimir e matar para explorar a classe trabalhadora, agora Martelly tem essa orientação. Está escrito nos estatutos do SIN que seu objetivo é lutar contra os “terroristas” que não estão de acordo com sua visão econômica. Papa Doc escrevia, nos anos 1960, a aqueles que se opunham a sua “ambição econômica”: ‘vai haver um Himalaia de cadáveres’.

Conte um pouco sobre o período de Papa Doc

Quando Duvalier sobe há dois projetos da classe dominante haitiana. Um é o da velha oligarquia, que defende o projeto da agroindústria, seguindo o padrão da ocupação norte-americana, que impôs esse modelo de grandes agroindústrias. No entanto, outro grupo dos latifundiários médios, os “nacionalistas”, que dizem que estão de acordo com este projeto, mas reivindicam sua participação para que não sejam engolidos pelos grandes latifundiários. Essa é a gente de Duvalier que depois ganha as eleições.

Mas para esta forma político-econômica se tornar capitalista, sem revolução, foi um processo longo e violento. Essa foi o papel de Duvalier. Logrou-se algumas conquistas sob seu governo, como o código de trabalho. Mas o plano geral era a superexploração. Para manter sua força, juntam-se à luta imperialista contra o comunismo e a ameaça da Revolução Cubana. O Haiti é entregue ao imperialismo como base para essa luta. E entregam o país à superexploração da mão-de-obra. Martelly agora significa a força pra impor isso. Dizem eles que vão ‘dar trabalho’. Bom, nós dissemos que na época colonial também se dava trabalho e não havia desemprego, mas escravidão.

Quais são as semelhanças entre os tonton macoutes e as brigadas que Martelly organiza hoje?

Os macoute exerciam um controle nos bairros populares que não era só um controle político como um controle também econômico. Neste plano imperialista de mão-de-obra barata e migração, Duvalier usava uma técnica. Ele tomava as terras de seus oponentes no exílio, mortos, ou na prisão, e dava a algum grupo organizado de macoute, que alugava essa terra aos migrantes, trabalhadores e camponeses. Cooptavam-nos, havia grupos políticos, tinham toda uma estrutura de controle, de espionagem, para estender a teia. E também o controle econômico e de serviços. Os principais responsáveis recebiam a água e a luz, e vendiam esses serviços. Por isso que é tão difícil para um novo tipo de Estado dar serviços, pois esses serviços estão nas mãos dos macoute. Quando Duvalier sai, esses serviços já não existem, estavam todos destruídos. Pouco a pouco, já nos anos 1990, entra a droga, as gangues. Necessários para eles para espalhar o terror novamente. E para exercer o controle nos bairros populares. Este tipo de controle chega a entrar em contradição com certa pequena burguesia e até com a própria burguesia, na época dos sequestros. Então chega a afetar certo setor da classe dominante. Então, tinha-se que eliminar essas gangues. Prendem e matam os líderes das gangues e voltam a ter o controle. E nas eleições agora havia disputa sobre a base dessas gangues, entre Martely e Jude Celestin. Por pouco não houve uma guerra civil entre os bairros populares. E agora, a gente de Martelly, mas também de Préval e Celestin, se rearticulam com muito mais gente, sob o controle da classe dominante, que quer dizer, do imperialismo. Então, eles querem reconstruir o exército

macoute e aí se há esse novo exército, a Minustah pode retroceder. Esse é o seu plano.

Qual a taxa de desemprego no país?

É de 72%. Há países que, quando chegam a 12% de desemprego, é uma catástrofe. Vê-se pelas ruas um monte de gente andando, sem emprego nem nada, ou em empregos que chamam de 'informais', é uma outra forma de ajustar-se. E é muito difícil. Vou dar 2 exemplos. Primeiro para se ter uma ideia do que é o 'Plano Clinton'. Clinton, mandado pela ONU, e também por Obama, é presidente da Comissão Interina de Reconstrução do Haiti. Tem 12 bilhões de dólares em suas mãos, arrecadado do mundo inteiro. No Haiti há um gabinete para reconstrução, infra-estrutura, saúde, etc. Em cada uma dessas áreas há um chefe de gabinete haitiano. Daí veio o primeiro-ministro do Haiti. Martelly tinha que escolher um primeiro-ministro e escolhe um chefe de gabinete de Clinton. E é um tipo que trabalhou na ONU. Entende? Segundo, no sul do país as cidades estão destruídas. O primeiro projeto da Comissão de Reconstrução é de uma zona franca ao norte do país! Nada de reconstrução das cidades destruídas. E quem está organizando essa zona franca é Hillary Clinton, do Departamento de Estado dos EUA.

Com o tempo o Brasil parece perder importância no Haiti

Claro, o Brasil desde o terremoto foi, eu diria, muito ridicularizado, humilhado, pelas forças norte-americanas. Antes o Brasil, pela política de Lula, de tentar um assento no Conselho de Segurança da ONU, aparece ajudando aos haitianos. Quando o terremoto ocorre, para começar, quase morre a direção política da Minustah. Estavam em reunião em um hotel que caiu e morreram 12 do grupo de direção. Caem vários estabelecimentos da Minustah, morrem soldados, etc. Terceiro, toda a Minustah que estava no Haiti nessa época sente o choque do terremoto. E realmente, durante uns dez dias, a Minustah desaparece. Dois dias depois aparecem os norte-americanos, e tomam o aeroporto sem pedir licença a ninguém. Cinco dias estão 22 mil homens, tomando praticamente todo o território. E aí acontecem coisas como o seguinte: às 18h os americanos decretavam toque de recolher. Não formalmente, mas na prática foi o que fizeram. Diziam para fechar o comércio, não sair ninguém de casa. E a Minustah saiu em seus tanques para ajudar a impor o toque. E os americanos mandaram a Minustah para dentro também! 'Não, não, não, ninguém! A não ser os americanos!'. E mandaram a Minustah para dentro de seus acampamentos. O Brasil, disseram, por pouco não se vai.

Qual a posição oficial do governo Martelly em relação à Minustah?

Igual o governo anterior. Acabam de renovar o contrato de permanência da Minustah no dia 15 de outubro. Quando havia todo aquele movimento de 'ocupar' Wall Street, a Praça do Sol na Espanha, em Portugal, Itália, França; no Haiti é o dia em que se renova em todo o ano a ocupação do país. Dizem que, pouco a pouco, de maneira progressiva ela se vai. Mas a Minustah não se vai se o governo haitiano quer ou não. Ela só vai embora se ela quiser, ou se tem uma mobilização, uma luta contra ela. E tem outro problema. Os duvalieristas dizem também 'fora a Minustah', porque são eles que vão integrar o novo Exército. Mas não querem 'fora Minustah' como nós, querem só com uma progressão um pouco mais rápida do que a burguesia e a oligarquia querem. Eles supõem que vão representar a força com o fim da Minustah. E isso é perigoso, por isso que as consignas devem ser mais precisas: 'Fora a Minustah e 'abaixo o Exército Macoute' que estão construindo.

A Minustah sofre no último período um processo de grande desgaste ante a população, como o governo lida com isso?

O governo não se preocupa com isso. Protege a Minustah sempre. Pesquisas feitas por americanos, franceses, holandeses, provam que foi o batalhão do Nepal da ONU que trouxe a cólera. E isso nunca foi declarado formalmente. O governo também acoberta os crimes dos soldados da ONU. Há dois anos, em Cap-Haitien, um jovem que devia um pouco de dinheiro a um soldado foi encontrado enforcado. E recentemente 5 soldados uruguaios violaram um jovem haitiano de 18 anos. E também 150 soldados do Sri Lanka fizeram horrores a meninas de 12, 13, 14 anos. E não aconteceu nada com esses 150 soldados. A organização Sofa tem acompanhado o caso e sabe que não foi feito nada a eles. E esses são os casos divulgados. Mas há um monte que não se conhece. Então, a Minustah está cumprindo um papel imoral, eu diria. Ocorre que a dominação é tão forte, que essas ações aparecem naturalmente.

CINCO CAMPI

Estudantes conquistam fim de taxas da Unioeste

Resolução vale a partir da publicação pelo COU, o que deve acontecer na próxima semana

O Conselho Universitário (COU) da Unioeste aprovou, na última quinta-feira (02), o fim de taxas da universidade. A proposta foi apresentada pelos acadêmicos do campus de Marechal Cândido Rondon e defendida por todos os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE's) da Unioeste durante a reunião.

De acordo com o diretor da União Paranaense dos Estudantes (UPE), Maurício da Luz, as principais taxas cuja extinção foi aprovada foram: a de confecção da carteirinha da biblioteca (1ª e 2ª vias), do certificado de conclusão de curso (1ª e 2ª vias), declaração de matrícula (1ª e 2ª vias), Via de transferência, Histórico escolar final (1ª e 2ª vias), histórico escolar parcial (1ª e 2ª vias), declarações de exercício de função na universidade, requerimento de segunda chamada de prova e ainda a confecção e o registro do diploma.

O valor das taxas varia entre R\$ 5 e R\$ 30, que é o caso da obtenção do diploma. A resolução deve valer a partir da publicação pelo COU, o que deve acontecer na próxima semana.

A decisão sobre o fim das taxas aconteceu durante reunião do COU em Cascavel, quando estiveram presentes 37 conselheiros, dentre eles dois acadêmicos, apoiados por outros estudantes representantes dos DCE's de quatro dos cinco campi (todos, com exceção de Francisco

Beltrão). Segundo Maurício da Luz, somente um conselheiro se absteve, sendo que os demais votaram a favor da solicitação em pauta.

LUTA

De acordo com o diretor do DCE em Marechal Cândido Rondon, Gabriel Paiva, representantes do diretório local iniciaram a reivindicação do fim das taxas ainda em 2004. No ano passado eles conquistaram a aprovação da extinção de 22 taxas cobradas internamente pela universidade para obtenção de documentos.

Neste ano, estudantes do campus realizaram um dia de paralisação no intuito de chamar a atenção para a sua reivindicação. Posteriormente, foi encaminhada pauta para apreciação por parte do COU, pedindo o fim das 19 taxas ainda existentes, o que resultou na conquista dos acadêmicos. "A proposta nasceu em Marechal Rondon e teve apoio dos demais diretórios. Realizamos debates e conseguimos levar a reivindicação ao COU. Entendemos que uma universidade pública deve ser gratuita e por isso solicitamos o fim da cobrança de taxas. Para nós é uma conquista", ressaltou.

UNIÃO

Para Paiva, é de suma importância a união dos estudantes e dos diretórios. Ele acredita que o Diretório Central dos Estudantes tem o caráter de defender a universidade pública e gratuita e que ela seja feita para os estudantes. "Lutas referentes ao cotidiano dos estudantes devem fazer parte da bandeira do DCE. Fizemos uma paralisação no último dia 12, que pressionou que fosse colocada em pauta a nossa minuta

pelo fim das taxas. As ações dos DCE's têm que ter resultados e o que tivemos é importantíssimo. Fazemos parte da Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (Conlute) e as nossas conquistas servem de exemplo para acadêmicos de outras universidades do país", declara.

RESTAURANTE E CASA DO ESTUDANTE

Por ocasião da última paralisação, também estava na pauta de reivindicações do DCE rondonense a construção do restaurante universitário e da casa do estudante. Conforme Gabriel Paiva, as negociações estão em andamento com a direção do campus local. "Já está sendo feito o projeto do restaurante e a direção do campus nos informou que até outubro deve ser aberta licitação", disse.

Com relação à casa do estudante, o diretor do DCE diz que



Mauri (campus de Foz do Iguaçu), Vainel Nunes (presidente do DCE de Toledo), Maurício da Luz (diretor da UPE, acadêmico do campus de Toledo), Edson de Souza (do DCE em Cascavel) e Gabriel Paiva (do DCE de Rondon), reunidos por ocasião da reunião do COU em Cascavel, na última quinta-feira (02)

está sendo feito um levantamento, por meio de questionários sócio-econômicos, de qual a demanda de estudantes que precisariam da casa, visando definir quantos apartamentos a edificação deverá conter. Posteriormente será feito o

projeto da casa. "Também precisaremos pressionar o governo para conseguir uma ementa para liberação de recursos financeiros para a obra, o que será feito após os levantamentos sobre os custos da mesma", finaliza.

APOIO DA DIREÇÃO

Do ponto de vista do diretor geral do campus rondonense, Davi Félix Schreiner, a gratuidade é um direito daqueles que usufruem a universidade pública. "A reivindicação foi levada pelo Conselho de Campus de Rondon ao COU, com proposição dos acadêmicos. A iniciativa dos estudantes contou com apoio da direção do campus e da reitoria e obteve êxito. O fim das taxas representa um ganho não só dos acadêmicos - que conquistou acesso integral à educação durante o processo de formação na universidade -, mas também da universidade, já que se consolidou a universidade pública e gratuita em toda a sua extensão", frisou.



Diretor do campus, Davi Schreiner: "Agora a Unioeste é a universidade mais pública das universidades públicas do Paraná"

AS MELHORES CARNES, FRUTAS E VERDURAS VOCÊ ENCONTRA AQUI.

Rua Rio de Janeiro, 756 - (45) 3254-1666



"O MELHOR LUGAR PARA COMPRAR".

OFERTAS PARA HOJE (04)

GUARANÁ KUAT
E SPRITE 2 L
R\$ 1,95

FILÉ TILÁPIA
PISCES 400 G
R\$ 2,95

SABONETE LA
FLORE 180 G
R\$ 1,35

EXTRATO TOMATE
ELEFANTE 350 G
R\$ 1,78

ARROZ DE
CONTI T.1 2 KG
R\$ 2,48

CAFÉ IGUAÇU 500 G
R\$ 4,99

ERVA-MATE
ROSA MATE 1 KG
R\$ 2,52

LEITE LONGA VIDA
SANTA CLARA 1 L
R\$ 1,89

LINGÜICINHA
FRIMESA KG
R\$ 3,29

CERVEJA BAVÁRIA
GARRAFA 600 ML
R\$ 1,34

SUCO DEL
VALLE 1 L
R\$ 2,68

PESSEGO LAR
LATA 400 G
R\$ 2,89

sm Dra. Sara Michelin
CRO 15.972
✓ Clínica geral
✓ Especialista em odontologia (estética)
✓ Endodontia (tratamento de canal)
CIRURGIÁ DENTISTA
- Horários Flexíveis
- TRATAMENTO PARCELADO em até 6 vezes sem juros

em Dr. Enio Michelin
CRM 7146
MEDICINA DO TRABALHO
Pós Graduação em Medicina do Trabalho
Empresários/Empresas:
Assessoria Empresarial na área de MEDICINA DO TRABALHO.
Fone: (45) **3254-1288**
Rua Alagoas, 635, esquina C/ D. João VI - Marechal Cândido Rondon-PR